



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



THAÍS
ARTIAGA
ESTEVES
NUNES
12/02/2026 14:33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

Data da abertura: 04/03/2026 às 10h no sítio www.gov.br/compras

UASG:
80020

Objeto

Contratação de serviços comuns de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo realização de reparos, substituições, modificações, adequações e redesignação de ambientes e elementos construtivos, internos e externos, integrantes da estrutura física dos imóveis em uso pelo Tribunal, sem projeção de área construída nova, com base em tabelas oficiais SINAPI, conforme especificações técnicas e condições constantes no Termo de Referência e anexos.

Valor estimado da Contratação

R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

| Nº de itens | Vistoria | Critério de julgamento | Modo de disputa |
|-------------|----------|------------------------|-----------------|
| 1 | Sim | Maior Desconto | Aberto |

| Exclusiva ME/EPP? | Cota ME/EPP? | Amostra/catálogo? |
|-------------------|--------------|-------------------|
| Não | Não | Não |

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 4 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro

Pedidos de esclarecimentos e impugnações

Até 23h59min do dia 27/02/2026 para o e-mail: pregao@trt18.jus.br

Anexos do edital

I – Termo de Referência e anexos; II - Estudo Técnico Preliminar; III – Minuta de Contrato; IV – Declaração; V – Termo de Cadastro e Responsabilidade.

Observações gerais

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br.

Pregoeiro Responsável: EDUARDO FREIRE GONÇALVES

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, neste ato representado por seu (sua) Pregoeiro (a), designado(a) pela Portaria TRT 18ª GP/DG/SLC nº 1407, de 17 de maio de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados que, em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Contratação de serviços comuns de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo realização de reparos, substituições, modificações, adequações e redesignação de ambientes e elementos construtivos, internos e externos, integrantes da estrutura física dos imóveis em uso pelo Tribunal, sem projeção de área construída nova, com base em tabelas oficiais SINAPI, conforme especificações técnicas e condições constantes no Termo de Referência e anexos.

1.2 Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet.

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de interessado que:

2.2.1 não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2 esteja em processo de falência, em dissolução ou liquidação;

2.2.3 profissionais organizados sob a forma de cooperativa que não atendam às exigências previstas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.4 se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitado de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5 seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.6 isoladamente ou em consórcio, seja responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.7 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº

6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.9 nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.10 seja agente público do Tribunal;

2.2.11 seja organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.12 seja estrangeiro e não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.13 esteja inscrita no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, restringindo a limitação às empresas inidôneas e, no que tange à suspensão, às empresas suspensas no âmbito deste Tribunal, e na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União, sendo estas condições para a empresa e seu sócio majoritário.

2.3 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Tribunal, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.4 O impedimento de que trata o subitem 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.2.5 e 2.2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 O disposto nos subitens 2.2.5 e 2.2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 A vedação de que trata o subitem 2.2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA VISTORIA PRÉVIA

3.1 A licitante poderá vistoriar os locais de prestação dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio

agendamento junto à Divisão de Engenharia Civil da Secretaria de Manutenção e Projetos - SMPROJ, pelo telefone (62) 3222-5043/5188.

3.2 É facultado ao licitante a apresentação de declaração pelo responsável técnico de que conhece as condições gerais dos locais onde serão prestados os serviços, em substituição à vistoria.

3.3 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos locais de prestação dos serviços e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Edital.

3.4. As licitantes poderão esclarecer suas dúvidas de ordem técnica até **2 (dois) dias** antes da abertura da licitação, junto à Divisão de Engenharia Civil da Secretaria de Manutenção e Projetos - SMPROJ, pelo telefone (62) 3222-5043/5188.

4 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 A proposta deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1 Incumbirá, ainda, ao licitante preencher, sob pena de desclassificação, o campo “descrição detalhada do objeto”, onde deverão ser transcritas as especificações sucintas do objeto ofertado, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência.

4.1.2 O valor proposto englobará todas as despesas com mão de obra, impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, seguros, transportes e qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

4.1.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2 O licitante deverá apresentar declaração, em campo próprio do Sistema, afirmando:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, bem como não está impedido de participar da licitação;

4.2.2 inexistente impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

4.2.3 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.4 manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.2.5 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.6 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.7 cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

4.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 13.133, de 2021.

4.4 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

4.6 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa dias) dias, contados da data de sua apresentação.

4.10 Os erros, equívocos e omissões havidos nas propostas serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

4.11 A proposta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, devendo o proponente se limitar às especificações deste Edital.

4.12 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou com irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.13 Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa igualmente a desclassificação da proposta.

4.14 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.15 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.16 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 A sessão pública deste Pregão eletrônico, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a), ocorrerá em data e horário indicados neste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

5.1.1 A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

5.2 A abertura da sessão pública dar-se-á automaticamente, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5 A desclassificação de propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no

sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.10.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.14 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.15 O lance deverá ser ofertado pelo **maior desconto**.

5.15.1 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.15.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.15.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,2% (dois décimos por cento)**.

5.15.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.16 No presente pregão eletrônico será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO". Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.16.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.16.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.16.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.16.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.24.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.24.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.24.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.24.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.1 empresas estabelecidas no Estado de Goiás;

5.25.2 empresas brasileiras;

5.25.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº

12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.26.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DIREITO DE PREFERÊNCIA

6.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

6.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.2.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.3 O Sistema Eletrônico fixará no Chat o horário limite para o envio, pela licitante convocada, de nova proposta que contemple valor igual ou inferior à da licitante que apresentou originalmente o melhor lance, sob pena de preclusão do seu direito de preferência e consequente convocação da próxima classificada que atenda aos requisitos de preferência, se houver.

6.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente melhor classificada do certame, se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e esta for considerada habilitada.

7 CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

7.1 No julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora a licitante que apresentar as especificações contidas neste Edital e ofertar o **MAIOR DESCONTO sobre o valor estimado da contratação**, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8 ENVIO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo de proposta (**ANEXO “G” do Termo de Referência**), acompanhada, se for o caso, dos documentos de habilitação e complementares, e deve conter:

8.1.1 Nome e/ou razão social do licitante, CNPJ, endereço completo e e-mail;

8.1.2 Indicação do banco, número da conta-corrente e da agência (código e endereço) do licitante, bem como nome, número da Carteira de Identidade e CPF do representante da empresa;

8.1.3 Declaração de que o licitante está ciente e concorda com os prazos para prestação do serviço, conforme o estabelecido no Termo de Referência;

8.1.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de abertura das mesmas. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período acima fixado.

8.2 Será desclassificada a proposta que:

8.2.1 conter vícios insanáveis;

8.2.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.2.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.2.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

8.2.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.3 Serão consideradas inexequíveis e poderão ser desclassificadas as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item 8.3, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.3.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

8.3.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta; e

8.3.1.3 que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 No prazo estipulado no subitem 8.1 deste edital, o licitante deverá encaminhar, com a proposta, os seguintes documentos:

8.4.1 O BDI – Benefício e Despesas Indiretas, conforme **anexo E** do Termo de Referência.

8.4.2 Declaração de que não se enquadra na vedação constante do art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme **Anexo IV** deste edital.

8.4.3 Termo de Cadastro e Responsabilidade, **conforme ANEXO V do Edital**.

8.4.3.1 Por meio do referido Termo, o licitante fornecerá os dados necessários para a criação de *login* e senha no Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria – PROAD-OUV;

8.4.3.2 Após cadastrado no PROAD-OUV, o licitante terá acesso ao sistema para assinatura eletrônica de documentos produzidos eletronicamente ou resultantes de digitalização, em especial o instrumento contratual, e, quando solicitado, para anexar documentos.

8.5 Todo e qualquer documento a ser firmado pelos licitantes deverá consignar expressamente o nome da pessoa signatária, não tendo o condão de suprir essa necessidade quaisquer outras referências, como “representante legal da empresa”, o registro do nome da empresa etc.

8.6 Em caso de divergência entre informações contidas no Comprasnet e na proposta de preços definitiva, prevalecerão as da proposta.

8.7 Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus anexos.

8.8 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer dos Assessores Técnicos deste Tribunal para orientar sua decisão quanto à aceitabilidade, ou não, da proposta.

8.9 Se a proposta não for aceitável, se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou deixar de reenviar a proposta, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

9 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

9.1.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, restringindo a limitação às empresas inidôneas e, no que tange à suspensão, às empresas suspensas no âmbito deste Tribunal;

9.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

9.1.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

9.1.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.6.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.6.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.7 Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar a seguinte documentação:

9.3 **Habilitação jurídica:**

9.3.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.2 No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento

comprobatório de seus administradores;

9.3.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.3.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

9.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e INSS.

9.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante, em relação ao ICMS, mediante certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual ou órgão correspondente; e

9.4.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, em relação ao ISS, mediante certidão emitida pela Secretaria de Finanças Municipal ou órgão correspondente.

9.4.6 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

9.4.6.1 Caso a empresa licitante não apresente a CRF, o(a) Pregoeiro(a) verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela internet.

9.4.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5 Qualificação Econômico-Financeira:

9.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.5.2 A apresentação pelo licitante de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

9.5.2.1 O Balanço Patrimonial, bem como as demonstrações contábeis e a DRE, também poderão ser disponibilizados via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão destes à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

9.5.2.2 Serão considerados válidos, para fins de habilitação, apenas os balanços patrimoniais do ano anterior, sendo que, se adotada a Escrituração Contábil Digital, as empresas vinculadas ao SPED só estarão obrigadas a apresentar o balanço do ano anterior após o último dia útil do mês de junho.

9.5.3 Comprovação da boa situação econômico-financeiro da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

9.5.3.1 Índice de Liquidez Geral (LG), com valor igual ou superior a 1 (um), onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

9.5.3.2 Índice de Solvência Geral (SG), com valor igual ou superior a 1 (um), onde:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

9.5.3.3 Índice de Liquidez Corrente (LC), com valor igual ou superior a 1 (um), onde:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.3.4 As fórmulas referidas no subitem 9.5.3 supra, deverão estar aplicadas em memorial de cálculos como parte integrante do balanço apresentado;

9.5.3.4.1 Ao pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos para fins de verificação do atendimento dos valores dos índices solicitados;

9.5.3.5 Se necessária a atualização do balanço, o memorial de cálculo correspondente deverá ser apresentado com os respectivos documentos em apreço;

9.5.3.6 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

9.5.3.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

9.5.3.8 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

9.5.3.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.6 Qualificação Técnica:

9.6.1 A qualificação técnico-operacional será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado:

9.6.1.1 Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Profissional da Categoria (CREA), da região a que estiver vinculada, em plena validade, que comprove atividade relacionada ao objeto;

9.6.1.2 Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de manutenção predial de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto a ser contratado, em que conste, obrigatoriamente, serviços de pintura, hidráulica, elétrica, telhado e alvenaria, com área mínima de 10.000 m², critério que representa menos de 10% (dez por cento) da área total a ser mantida, que é de 103.260,35m², aproximadamente, incluindo todas as edificações do TRT da 18ª Região;

9.6.1.3 Não será admitido permitido o somatório de atestados, porquanto se faz necessário garantir que a licitante tenha capacidade operacional para executar manutenção predial de maior porte que, sobretudo no que tange à questão de infraestrutura, não se equivale a somar serviços prestados em pequenas áreas;

9.6.1.4 Atestado ou declaração de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, comprovando, no mínimo, 3 (três) anos consecutivos de experiência na execução de serviços de manutenção predial relacionados ao objeto, conforme §5º, do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, com vistas à apuração pregressa de estabilidade e confiabilidade de prestação de serviços que são essenciais ao funcionamento deste Tribunal;

9.6.1.5 Indicação de responsáveis técnicos, na forma do subitem 12.7, com apresentação de certificado de conclusão de curso e inscrição válida no respectivo conselho profissional da categoria, devendo ser comprovada experiência/responsabilidade técnica em execução ou manutenção de edificações de múltiplos pavimentos, de materiais mistos ou especiais, com destinação comercial ou industrial.

9.6.1.6 O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

9.6.1.7 No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão consideradas como pertencentes ao

mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante.

9.6.1.8 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.1.9 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6.2 A licitante deverá apresentar declaração de Vistoria, conforme previsto no item 3 e de acordo com o modelo constante do **ANEXO F** do Termo de Referência.

9.7 As **COOPERATIVAS**, além dos documentos referentes à regularidade fiscal, trabalhista e social e qualificação técnica, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.7.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.7.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.7.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.7.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.7.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.7.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.8.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.9 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.9.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.10 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, ou que estejam vencidos, deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta.

9.11 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no subitem 9.1 deste edital.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.12 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.14 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação

9.15 Os documentos relacionados neste Edital referir-se-ão sempre ao domicílio da

empresa cadastrada no SICAF.

9.16 Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, admitida a nomenclatura técnica específica.

9.16.1 Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil.

9.17 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos de habilitação do licitante que tenha apresentado o menor preço na etapa de lances, relativamente ao atendimento das exigências constantes deste Edital.

9.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.18.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.19 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) declarará o proponente inabilitado.

9.20 Na hipótese de o licitante for declarado inabilitado, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.

9.21 Os documentos terão validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

9.22 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de

preclusão;

10.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Nessa fase, caso o licitante deseje consultar os autos processo administrativo eletrônico, poderá fazê-lo mediante solicitação de acesso ao Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria – PROAD-OUV, dirigida à Secretaria de Licitações e Contratos pelo e-mail: pregao@trt18.jus.br.

11 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 Na hipótese de inexistência de recursos, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo para a autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação da licitação, ou outra decisão, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Existindo recursos, o processo será encaminhado à autoridade competente para julgamento, fundamentado, e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação da licitação ou outra decisão, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

12 CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

12.1 Após a homologação da licitação, na hipótese da efetivação da contratação, o licitante vencedor será convocado, para no prazo de 03 (três) dias úteis, cumprir as exigências pertinentes à assinatura do contrato.

12.1.1 O representante legal do licitante vencedor, mediante senha e *login* criados pela Secretaria de Licitações e Contratos do TRT18, deverá acessar o Portal PROAD (<https://proad-hml.trt18.jus.br/portal-proad>) e proceder à assinatura eletrônica do contrato.

12.1.2 O licitante que se recusar a assinar eletronicamente o contrato deverá comparecer neste TRT18, no prazo acima estabelecido, para proceder a assinatura fisicamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, conforme subitem 12.2.

12.1.3 O prazo de convocação acima estabelecido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração desta Corte.

12.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo fixado no subitem 12.1, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-se a mesma às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

12.2.1 Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o processo retornará ao(à) pregoeiro(a), que convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, respeitados também os requisitos de habilitação.

12.3 Para fins de assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar documento que indique a composição societária da empresa vencedora, de sorte a comprovar a legitimidade de representação e, na hipótese de não ser sócio-administrador da empresa, procuração que demonstre se tratar de pessoa detentora de poderes para representá-la, bem como cópia de sua cédula de identidade.

12.4 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.5 Em cumprimento à Resolução nº 310/2021 do CSJT, a licitante vencedora deverá, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, DECLARAR o atendimento das seguintes condições:

12.5.1 QUE não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

12.5.2 QUE não foi condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

12.6 A Licitante vencedora deverá como condição prévia à assinatura do contrato, apresentar certidão de regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no art. 20 da Lei n. 14.973/2024.

12.7 A Qualificação Técnico-profissional será comprovada, **à época da assinatura do contrato**, com a indicação de, ao menos 01 (um) Responsável Técnico pelos serviços civis e ao menos 01 (um) Responsável Técnico pelos serviços elétricos, com inscrição válida no respectivo Conselho Profissional da Categoria.

12.7.1. O mesmo profissional poderá desempenhar ambas as funções, desde que seja possua as duas formações.

12.7.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional será feita por meio da apresentação de ao menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, demonstrando que os profissionais indicados como Responsáveis Técnicos possuem experiência em execução ou manutenção de edificações comerciais ou industriais de múltiplos pavimentos em materiais mistos, especialmente nos serviços de pintura, hidráulica, elétrica, telhado e alvenaria.

12.8 Os atestados devem apresentar dados relativos aos serviços, tais como: área, número de pavimentos, instalações existentes, características específicas dessas instalações, dentre outros.

12.9 A Contratada deverá indicar a existência, no seu quadro permanente, de pelo menos, os seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Engenheiro Civil;
- b) 01 (um) Engenheiro Eletricista;
- c) 01 (um) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho (podendo ser algum dos anteriores, caso possua o título);
- d) 02 (dois) mestres de obra;
- e) 02 (dois) encarregados;
- f) 02 (dois) bombeiros hidráulicos;
- g) 06 (seis) eletricitas;
- h) 04 (quatro) pedreiros;
- i) 06 (seis) auxiliares.

12.10 A comprovação de vínculo dar-se-á por meio de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social;
- b) Ficha de Empregado;
- c) Contrato de Trabalho;
- d) Registro em CTPS;
- e) Contrato Particular de Prestação de Serviços ou;
- f) Certidão do CREA e/ou CAU.

12.11 Os atestados deverão estar acompanhados da Certidão de Acervo Técnico ou do traslado emitido pelo CREA ou CAU e conter de forma clara, dentre outras, as seguintes informações:

- a) Identificação da obra ou serviço, relativo ao atestado, de forma a propiciar a aferição de sua similaridade, em porte e complexidade, com o objeto da licitação;
- b) Dados relativos à obra ou serviço, tais como: contratante/proprietário, área de construção, número de pavimentos, instalações existentes, características específicas dessas instalações, entre outras.

c) Nome completo, título, habilitação e número do registro no CREA/CAU do profissional em cujo nome foi feita a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra, objeto do atestado ou certidão.

12.12 Deverá ser apresentada declaração expressa, em papel timbrado, de que o profissional detentor da CAT será designado preposto e responsável técnico direto pelo acompanhamento dos serviços contratados perante a Fiscalização e de que, caso venha a ser substituído, tem conhecimento de que deverá fazê-lo por outro que preencha os mesmos requisitos da habilitação.

12.13 Os profissionais indicados pela licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.

12.14 Nos moldes do art. 96 da Lei 14.133/21, a Contratada deverá apresentar, na Secretaria de Licitações e Contratos/ Seção de Gestão de Contratos deste Tribunal, **no ato da assinatura do Contrato**, comprovante de garantia para execução do mesmo, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor anual, com validade durante toda a execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação. Os efeitos legais da garantia se estenderão em caso de ocorrência de sinistro, **conforme item 16 do Termo de Referência**.

12.15 Caso a proposta vencedora seja de valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá o licitante apresentar, previamente à assinatura do instrumento contratual, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação, na Secretaria de Licitações e Contratos/Seção de Gestão de Contratos, garantia adicional equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

12.15.1 A garantia adicional deverá ser apresentada em uma das modalidades do art. 96 da Lei 14.133/21, com validade durante toda a execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação. Os efeitos legais da garantia se estenderão em caso de ocorrência de sinistro.

13 SANÇÕES AO LICITANTE

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;

- b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - g.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - g.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - g.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação licitada, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 13.1, a

multa será de 0,5% a 15% do valor da contratação contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do item 13.1, a multa será de 15% a 30% do valor da contratação licitada.

13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 13.1 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do item 13.1 bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 13.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nas alíneas “c” e “d” do item 13.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0052 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás, natureza/elemento de despesa 339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ (Subelemento 05 – Serviços técnicos profissionais).

15 ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos do edital ou da lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante petição encaminhada para o e-mail: pregao@trt18.jus.br ou entregue diretamente na Secretaria de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO.

15.1.1 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, poderá, conforme o caso, ser definida e publicada nova data para realização do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Comprasnet e no sítio eletrônico oficial deste Tribunal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.4 A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e este Tribunal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente neste Tribunal.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 A participação na presente licitação implica a concordância tácita, por parte do interessado, com todos os termos e condições do presente Edital.

16.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas regulamentadoras.

16.12 Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Secretaria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo e-mail: pregao@trt18.jus.br.

16.13 Esta licitação poderá ser acompanhada pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e pelos portais www.trt18.jus.br e www.gov.br/compras, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Goiânia, 12 de fevereiro de 2026

THAIS ARTIAGA ESTEVES NUNES

Diretora da Divisão de Execução de Procedimentos Licitatórios

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Este termo tem por objeto a Contratação de serviços comuns de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo realização de reparos, substituições, modificações, adequações e redesignação de ambientes e elementos construtivos, internos e externos, integrantes da estrutura física dos imóveis em uso pelo Tribunal, sem projeção de área construída nova, com base em tabelas oficiais SINAPI.

1.1.1. Os serviços contratados serão demandados, exclusivamente, pela equipe gestora da contratação e executados, após aprovação pelo Contratante, de levantamento e orçamento analíticos, este feito com base em custos de tabelas oficiais do SINAPI (insumos e composições), sobre os quais será aplicado o desconto obtido na licitação e a taxa BDI contratual, respeitando-se as demais disposições deste Termo.

1.1.2. Não faz parte do objeto da presente contratação a realização de manutenções em equipamentos de informática e cabeamento estruturado, dispositivos eletrônicos portáteis, eletrodomésticos, elevadores, nobreaks, transformadores, ar-condicionado central (exceto rede de drenos e infraestrutura elétrica), grupos motogeradores. Não se excluem testes/reparos/manutenções/extensões de rede na infraestrutura e interfaces dos respectivos sistemas (fornecimento de energia, quadros elétricos, cabeamento de rede, tubulações de cobre, abastecimento de água e coleta de esgoto).

1.1.3. A maior parte dos serviços abrange modificação e/ou readequação de ambientes internos e externos, os quais encontram-se listados e descritos, de forma não exaustiva, por grupos de serviços relacionados às manutenções corretivas e às adequações de ambientes, no **ANEXO B** – Memorial Descritivo.

1.2. CATSER aproximado: 1627

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares e justifica-se pela necessidade de se garantir a todas as unidades do Tribunal, a pronta realização dos serviços objeto desta contratação para assegurar, permanentemente, a preservação do patrimônio público, as melhores condições de utilização dos ambientes, primando por conforto e modernidade, com vistas ao atendimento dos princípios de eficiência e economicidade na gestão dos gastos públicos.

2.2. O serviço será executado de forma contínua, de acordo com o art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista se tratar de serviços de manutenção predial sem os quais a atividade do órgão pode restar prejudicada em seus serviços essenciais, vez que na necessidade de intervenções em sua estrutura física, a inexistência contratual ensejará atrasos ou paralisações prejudiciais à continuidade do serviço público.

2.3. Trata-se de serviço comum de engenharia, nos termos do inciso XXI, alínea “a” do art. 6º, c/c o parágrafo único do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Considerações Gerais

3.1.1. O regime de execução será de empreitada por preço global, para cada ordem de serviços emitida.

3.1.1.1. Tendo em vista tratar-se de contratação por demanda, com materiais e serviços precificados tendo por base em tabelas oficiais, o quantitativo de serviços será definido conforme necessidade da Administração no decorrer do contrato e conforme disponibilidade orçamentária, sabendo-se que a área total aproximada a ser mantida é de 103.260,35m², incluindo todas as edificações do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

3.1.2. Os serviços poderão ser demandados, inclusive concomitantemente, para quaisquer imóveis do Contratante, relacionados na Lista de unidades – **ANEXO A**, bem como naqueles que, eventualmente, vierem a existir no decorrer da contratação, conforme seja constatada a necessidade, mediante emissão formal de ordem de serviço.

3.1.3. Os orçamentos analíticos detalhados deverão atender fielmente às disposições do Decreto Federal 7.983/2019 e da Resolução nº 070 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), bem como seguir, no que couber, as diretrizes e orientações dos livros “SINAPI - Metodologias e Conceitos”, de publicação pela Caixa Econômica Federal e “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas”, de publicação pelo Tribunal de Contas da União, todos disponíveis na internet de forma gratuita nos sites dos respectivos órgãos.

3.1.4. As tabelas de referência a serem primariamente empregadas serão as do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices para a Construção Civil) - macrorregião Goiânia, de publicação pela Caixa Econômica Federal no endereço <http://www.caixa.gov.br/sinapi>.

3.1.4.1. A utilização das tabelas desoneradas ou não desoneradas dependerá de comprovação do enquadramento tributário da Contratada, na ausência de comprovação da opção realizada para o ano-calendário em curso, será empregada a tabela desonerada.

3.1.5. O desconto obtido na proposta vencedora será aplicado sobre o custo final dos orçamentos dos materiais e serviços demandados, ao qual se acrescentará a taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) para formação do Preço Final.

3.1.5.1. A taxa de BDI máxima da contratação não será superior àquela estabelecida como referência pela Administração no **ANEXO E**.

3.1.5.2. No reajuste, devem ser mantidos o BDI e os descontos originais.

3.2. Características Específicas

3.2.1. A Contratada, na ocasião de assinatura do contrato, deverá nomear preposto com formação superior em Engenharia ou Arquitetura e com experiência comprovada em construção ou manutenção de edificações comerciais/industriais/especiais.

3.2.1.1. O preposto deverá estar disponível para contato pela equipe de Fiscalização, a qualquer tempo, sobretudo durante a realização de serviços em horários excepcionais, durante toda a contratação, mantendo para tanto telefones e e-mail atualizados e comunicando a Fiscalização, por escrito, de qualquer alteração ou indisponibilidade que possa impactar o contato.

3.2.1.1.1. Além de estar presente em todos os inícios, medições e recebimentos de serviços, se assim exigido pela Fiscalização, quando convocado, o preposto deverá comparecer à Sede da administração em até **6 (seis) horas corridas**.

3.2.2. A Contratada poderá nomear mais de um preposto para atender diferentes localidades e serviços, desde que todos preencham os mesmos requisitos técnicos apresentados.

3.2.3. A supervisão permanente dos serviços ficará a cargo do(s) preposto(s) nomeado(s) pela Contratada, que deverá(ão) anotar a responsabilidade técnica perante a entidade regulamentadora da profissão e proceder a realização dos levantamentos solicitados, vistorias, relatórios, e acompanhamento dos serviços, registrando as ocorrências em Livro de Ordem ou outro meio que o substitua.

3.2.4. Somente servidores da Divisão de Engenharia, com formação em engenharia ou arquitetura devidamente identificados, estão autorizados a acompanhar e interferir tecnicamente na execução dos serviços, mediante anuência do Gestor.

3.2.4.1. Não serão acolhidas justificativas de que os serviços foram feitos em desconformidade aos projetos ou especificações, por determinação de servidores não arrolados formalmente no processo. Tais serviços não serão pagos e deverão ser refeitos a partir de determinação da Fiscalização.

3.2.5. A execução dos serviços ficará condicionada à aprovação expressa pelos Gestores da contratação, que se baseará em manifestações técnicas da equipe de Fiscalização.

3.2.5.1. Não serão aceitas peças técnicas incompletas ou em desconformidade ao disposto nas especificações técnicas da contratação, nos normativos e nas legislações aplicáveis, devendo ser refeitas, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções nos casos previstos.

3.2.6. Para o adequado planejamento dos serviços, a Contratada deverá elaborar e apresentar à Fiscalização, para cada demanda, cronogramas simplificados estabelecendo, tanto quanto possível, a identificação da demanda, os serviços e as etapas de execução, prazos e sua sequência cronológica, sendo o gráfico de GANTT de apresentação opcional.

3.2.6.1. O cronograma com etapas discriminadas poderá ser dispensado em casos de etapa única e/ou duração inferior a **30 (trinta) dias corridos**.

3.2.7. A Contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços executados, dando por eles total garantia.

3.2.8. A Contratada deverá, ainda, utilizar equipamentos adequados e obedecer às normas técnicas e critérios de segurança recomendados.

3.2.9. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução dos serviços ora contratados, salvo se expressamente autorizada pelo Contratante.

3.2.10. Qualquer dano causado pelos funcionários da firma Contratada aos móveis, equipamentos e instalações do prédio deverá ser perfeitamente reparado no menor tempo possível, ou no máximo, até a conclusão dos serviços, sob pena de aplicação de penalidades, sem prejuízo de ressarcimento pelos prejuízos causados.

3.2.11. Todos os materiais e equipamentos usados na execução dos serviços deverão ser de boa qualidade e durabilidade e, antes do início dos trabalhos, devem ser aprovados pelos respectivos fiscais/gestores indicados pelo Contratante, por meio de amostras ou alternativamente, quando autorizado, catálogos que permitam aferir aspectos visuais e técnicos.

3.2.12. Todos os materiais de acabamento a serem utilizados devem respeitar a padronização já existente nas instalações do Contratante, devendo ser submetidos à aprovação da Fiscalização, que poderá rejeitá-los caso entenda não estarem atendidos os requisitos de qualidade ou do padrão exigidos.

3.2.13. Gastos com hospedagem e alimentação dos funcionários diretos (mão de obra direta) são considerados componentes dos Encargos Complementares da Contratada e não deverão, sob quaisquer pretextos, ser cobrados separadamente.

3.2.13.1. A mão de obra direta é aquela formada pelos profissionais que desempenham as atividades finais de manutenção, tais como pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas, gesseiros, pintores, entre outros, a qual poderá ser encontrada nos próprios locais de execução dos serviços, não se justificando o pagamento de diárias e deslocamentos para as mesmas.

3.3. Da Elaboração de levantamentos técnicos e orçamentos

3.3.1. Caberá à Contratada, incumbindo-lhe providenciar, a cada solicitação, o levantamento detalhado dos serviços, englobando todo o necessário ao total atendimento da demanda, incluído o fornecimento de todas as informações necessárias para a elaboração do orçamento, tais como: quantitativos e especificação dos materiais, propostas junto a eventuais fornecedores.

3.3.1.1. O prazo para entrega de levantamentos é de **08 (oito) dias corridos** para cada solicitação emitida.

3.3.1.2. A critério da Fiscalização, em casos excepcionais e/ou emergenciais ou conforme a complexidade dos serviços, o prazo para levantamento poderá ser ajustado.

3.3.1.3. A solicitação de dilação de prazo pela Contratada deverá ser feita antes de sua expiração e mediante justificativa fundamentada.

3.3.2. O documento técnico a ser apresentado pela Contratada (levantamento) deverá consubstanciar-se em planilhas detalhadas, com discriminação completa de materiais e serviços a serem executados, obrigatoriamente referenciados nas tabelas de referência oficiais, prioritariamente SINAPI, com a indicação do código de referência correspondente a cada item.

3.3.2.1. Nos casos de serviços que não possuírem equivalente ou similar técnico nas tabelas de referência SINAPI, poderão ser empregadas, em regime de exceção, outras tabelas oficiais, tais como GOINFRA e TCPO.

3.3.2.2. Insumos ou serviços que não existirem nas tabelas de referência, deverão ser especificados pela CONTRATADA, inclusive quanto ao quantitativo, devendo ser indicado, ao menos e se possível, 1 (um) fornecedor ou prestador local ou regional.

3.3.3. A fiscalização providenciará, sempre que possível e existentes, os leiautes, croquis, projetos, plantas, memoriais, orçamentos anteriores e especificações, para adequado dimensionamento dos serviços.

3.3.3.1. Nos casos em que não estiver disponível documentação atualizada das edificações ou de partes destas que serão afetadas, a Contratada deverá providenciar sua atualização mediante levantamentos e medições in loco dos ambientes e elementos existentes, com atualização do *as-built*.

3.3.4. Caberá ao Contratante, por meio de seu corpo técnico de engenharia, a elaboração dos orçamentos dos serviços, a serem feitos a partir dos levantamentos e relatórios fornecidos pela Contratada.

3.3.4.1. A Contratada deverá prestar auxílio, quando solicitada, nas pesquisas de mercado, fornecendo informações complementares em relação aos serviços, materiais, equipamentos a serem pesquisados, bem como indicação de eventuais fornecedores ao Contratante e obtenção de propostas.

3.3.5. É facultado à Contratada contestar o orçamento elaborado, às suas expensas, em até 2 (dois) dias úteis de sua apresentação pelo Contratante.

3.3.5.1. Caberá reanálise e reelaboração mediante acolhimento de justificativa tempestiva e fundamentada.

3.3.5.2. Não havendo procedência do pedido, considerar-se-á válido o orçamento e iniciar-se-á a contagem de prazo a partir da emissão da ordem de serviços correspondente.

3.3.6. A critério da Fiscalização, o pagamento do valor correspondente ao deslocamento se dará mediante a composição de custos, devendo-se observar as distâncias elencadas no ANEXO A – Localização dos imóveis do TRT18, acrescido das eventuais horas técnicas necessárias para realização dos levantamentos, limitadas a 8 horas por dia.

3.3.6.1. O consumo médio rodoviário de combustível gasolina a ser considerado será de 10 quilômetros por litro, tendo como origem dos deslocamentos a sede do TRT-18, sito à Rua T-51 esquina com Av. T1, Setor Bueno, Goiânia, Goiás.

3.3.6.2. A quilometragem total será definida pela Fiscalização, caso a caso, a partir de tabela oficial adotada pelo Tribunal, correspondente ao **ANEXO A**, conforme Portaria TRT18ªGP/DG nº 1593/2023 e atualizações, ou, em sua ausência ou inaplicabilidade, devidamente justificada, do aplicativo de mapas Google Maps ou similar, e deverá considerar ida e volta.

3.3.6.3. Não haverá pagamento de deslocamento e diárias aos colaboradores diretos da Contratada (vide subitem 3.2.13.1.)

3.3.6.4. A realização de visita poderá ser dispensada pela Fiscalização, quando os projetos e/ou as características dos serviços permitirem o levantamento dos serviços com o necessário grau de precisão.

3.3.6.5. Em caso de não execução da solução apresentada pela Contratada, por iniciativa da Administração, será devido o pagamento dos valores decorrentes da visita técnica requerida.

3.3.6.6. Não haverá pagamento de qualquer valor a título de deslocamento para a região metropolitana de Goiânia, cujas cidades estão discriminadas na Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999 e respectivas alterações, do Governo do Estado de Goiás.

3.3.7. Deverá ser apresentado detalhamento do BDI aplicado nos orçamentos, que será limitado ao BDI apresentado na licitação.

3.3.7.1. O BDI deverá contemplar obrigatoriamente as cifras: Administração Central, Riscos, Seguros, Garantias, Despesas Financeiras, Remuneração Bruta e Impostos.

3.3.7.2. A cifra de impostos deverá detalhar: PIS, COFINS, CPRB (se optante do regime de desoneração da folha de pagamentos) e ISSQN.

3.3.7.3. O ISSQN deverá ser o aplicável ao município de realização dos serviços e deve incidir proporcionalmente apenas sobre serviços, e não sobre materiais.

3.3.8. Apurado o custo direto total (somatório de todos os custos diretos parciais), será aplicado o desconto obtido na licitação formando o Custo Direto com Desconto e se acrescentará a taxa de BDI, formando o Preço Final.

3.4. Da solicitação para execução dos serviços

3.4.1. Os serviços serão solicitados por meio de registro em sistema informatizado de gestão e acompanhamento de manutenção predial, com comunicação automática ao Contratante, via mensagem eletrônica a ser recebida em endereço de e-mail oficial da Contratada, fornecido especificamente para tal fim.

3.4.1.1. O número de identificação gerado pelo sistema informatizado servirá para rastreamento e controle das demandas, equiparando-se às ordens de serviço (OS) por escrito.

3.4.1.2. A contagem de prazos relativos aos serviços terá início a partir do registro da demanda em sistema, com a consequente comunicação à Contratada.

3.4.1.3. O registro da demanda em sistema dá início aos procedimentos para levantamento e orçamentação dos serviços, devendo os atos executivos ocorrerem somente após autorização específica, isto é, a emissão da respectiva Ordem de Serviço.

3.4.2. Não haverá prestação de quaisquer serviços sem prévia autorização da Secretaria de Manutenção e Projetos.

3.4.3. O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 7 às 19 horas e, a critério da Administração, nos sábados, das 7 às 12 horas. Qualquer alteração do horário determinado para a execução dos serviços, deve ser solicitada previamente à fiscalização que avaliará o caso.

3.4.4. A critério da fiscalização ou em casos de comprovada urgência e excepcionalidade, os serviços poderão ser executados em horários noturnos, feriados, sábados a partir das 12 horas e nos domingos durante o dia inteiro, com a devida formalização e sem quaisquer acréscimos.

3.4.5. A formalização e o pagamento das horas extraordinárias dar-se-ão por meio de ajustes nos quantitativos das composições de custos efetivamente empregadas, com aprovação da Fiscalização, quando os serviços assim o requererem.

3.4.6. Para que seja liberada a entrada de pessoal a qualquer dependência do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, a Contratada deverá encaminhar solicitação prévia e escrita para a Fiscalização com a relação nominal, contendo número do documento de identificação (RG, CNH, CTPS ou equivalente) de todos os seus colaboradores que necessariamente ingressarão nos locais de trabalho.

3.5. Do local da prestação dos serviços

3.5.1. Os serviços serão executados em todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, listadas no **ANEXO A** ou as que vierem a ser instaladas durante a vigência da contratação.

3.6. Da subcontratação

3.6.1. É admitida a subcontratação, de quaisquer naturezas das atividades contratadas, limitada a 30% (trinta por cento) do valor global anual estimado.

3.6.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Tribunal pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.6.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Tribunal, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação e de contratação necessários para a execução do objeto.

3.6.1.3. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

3.6.1.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.6.1.5. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:

- a) Atividades de vistoria;
- b) Coordenação;
- c) Gerenciamento e supervisão dos serviços;

3.6.1.6. É vedada a sub-rogação contratual.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O contrato terá duração de **12 (doze) meses**, iniciando-se a partir **do dia 26/02/2026** ou da data da sua assinatura, caso esta ocorra posteriormente, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, a critério do Contratante e desde que verificada a vantajosidade das condições contratadas, permitida a negociação com a Contratada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e terá eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

4.2. A prorrogação estará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Manifestação expressa do gestor sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente e que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- b) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e
- c) Comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos, ou eliminados como condição para a renovação e;

4.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;

5. DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES PARA HABILITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

5.1. Da qualificação técnica

Para a seleção de empresa especializada no ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo e visando o sucesso da contratação pretendida, exigir-se-á a seguinte documentação técnica:

5.1.1. A qualificação técnico-operacional será comprovada, **na fase de habilitação**, mediante apresentação dos seguintes documentos fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado:

- a) Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Profissional da Categoria (CREA), da região a que estiver vinculada, em plena validade, que comprove atividade relacionada ao objeto;
- b) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de manutenção predial de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto a ser contratado, em que conste, obrigatoriamente, serviços de pintura, hidráulica, elétrica, telhado e alvenaria, com

área mínima de 10.000 m², critério que representa menos de 10% (dez por cento) da área total a ser mantida, que é de 103.260,35m², aproximadamente, incluindo todas as edificações do TRT da 18ª Região;

c) Não será admitido permitido o somatório de atestados, porquanto se faz necessário garantir que a licitante tenha capacidade operacional para executar manutenção predial de maior porte que, sobretudo no que tange à questão de infraestrutura, não se equivale a somar serviços prestados em pequenas áreas;

d) Atestado ou declaração de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, comprovando, no mínimo, 3 (três) anos consecutivos de experiência na execução de serviços de manutenção predial relacionados ao objeto, conforme §5º, do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, com vistas à apuração pregressa de estabilidade e confiabilidade de prestação de serviços que são essenciais ao funcionamento deste Tribunal;

e) Indicação de responsáveis técnicos, na forma do subitem 5.2.1, com apresentação de certificado de conclusão de curso e inscrição válida no respectivo conselho profissional da categoria, devendo ser comprovada experiência/responsabilidade técnica em execução ou manutenção de edificações de múltiplos pavimentos, de materiais mistos ou especiais, com destinação comercial ou industrial.

5.1.1.1. O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

5.1.1.2. No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante.

5.1.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.1.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.1.2. A licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, declaração de Vistoria, conforme previsto no item 19 e de acordo com o modelo constante do **ANEXO F** deste Termo.

5.2. Da qualificação técnico-profissional

5.2.1. A Qualificação Técnico-profissional será comprovada, **à época da assinatura do contrato**, por meio da indicação de, ao menos 01 (um) Responsável Técnico pelos serviços civis e ao menos 01 (um) Responsável Técnico pelos serviços elétricos, com inscrição válida no respectivo Conselho Profissional da Categoria.

5.2.1.1. O mesmo profissional poderá desempenhar ambas as funções, desde que seja possua as duas formações.

5.2.1.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional será feita por meio da apresentação de ao menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, demonstrando que os profissionais indicados como Responsáveis Técnicos possuem experiência em execução ou manutenção de edificações comerciais ou industriais de múltiplos pavimentos em materiais mistos, especialmente nos serviços de pintura, hidráulica, elétrica, telhado e alvenaria.

5.2.2. Os atestados devem apresentar dados relativos aos serviços, tais como: área, número de pavimentos, instalações existentes, características específicas dessas instalações, dentre outros.

5.2.3. A Contratada deverá indicar a existência, no seu quadro permanente, de pelo menos, os seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Engenheiro Civil;
- b) 01 (um) Engenheiro Eletricista;
- c) 01 (um) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho (podendo ser algum dos anteriores, caso possua o título);
- d) 02 (dois) mestres de obra;
- e) 02 (dois) encarregados;
- f) 02 (dois) bombeiros hidráulicos;
- g) 06 (seis) eletricitas;
- h) 04 (quatro) pedreiros;
- i) 06 (seis) auxiliares.

5.2.4. A comprovação de vínculo dar-se-á por meio de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social;
- b) Ficha de Empregado;
- c) Contrato de Trabalho;
- d) Registro em CTPS;
- e) Contrato Particular de Prestação de Serviços ou;
- f) Certidão do CREA e/ou CAU;

5.2.5. Os atestados deverão estar acompanhados da Certidão de Acervo Técnico ou do traslado emitido pelo CREA ou CAU e conter de forma clara, dentre outras, as seguintes informações:

- a) Identificação da obra ou serviço, relativo ao atestado, de forma a propiciar a aferição de sua similaridade, em porte e complexidade, com o objeto da licitação;
- b) Dados relativos à obra ou serviço, tais como: contratante/proprietário, área de construção, número de pavimentos, instalações existentes, características específicas dessas instalações, entre outras.

c) Nome completo, título, habilitação e número do registro no CREA/CAU do profissional em cujo nome foi feita a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra, objeto do atestado ou certidão.

5.2.6. Deverá ser apresentada declaração expressa, em papel timbrado, de que o profissional detentor da CAT será designado preposto e responsável técnico direto pelo acompanhamento dos serviços contratados perante a Fiscalização e de que, caso venha a ser substituído, tem conhecimento de que deverá fazê-lo por outro que preencha os mesmos requisitos da habilitação.

5.2.7. Os profissionais indicados pela licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.

5.3. Da qualificação econômico-financeira

5.3.1. A Qualificação Econômico-financeira será comprovada, na fase de habilitação, mediante:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

b) A apresentação pelo licitante de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b.1) O Balanço Patrimonial, bem como as demonstrações contábeis e a DRE, também poderão ser disponibilizados via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão destes à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

b.2) Serão considerados válidos, para fins de habilitação, apenas os balanços patrimoniais do ano anterior, sendo que, se adotada a Escrituração Contábil Digital, as empresas vinculadas ao SPED só estarão obrigadas a apresentar o balanço do ano anterior após o último dia útil do mês de junho.

c) Comprovação da boa situação econômico-financeiro da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

c.1) Índice de Liquidez Geral (LG), com valor igual ou superior a 1 (um), onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

c.2) Índice de Solvência Geral (SG), com valor igual ou superior a 1 (um), onde:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

c.3) Índice de Liquidez Corrente (LC), com valor igual ou superior a 1 (um), onde:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.4) As fórmulas referidas na alínea “c”, supra, deverão estar aplicadas em memorial de cálculos como parte integrante do balanço apresentado;

c.4.1) Ao pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos para fins de verificação do atendimento dos valores dos índices solicitados;

c.5) Se necessária a atualização do balanço, o memorial de cálculo correspondente deverá ser apresentado com os respectivos documentos em apreço;

c.6) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

c.7) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.8) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

c.9) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. Da condição para a contratação

5.4.1. Em cumprimento à Resolução nº 310/2021 do CSJT, a licitante vencedora deverá, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, DECLARAR o atendimento das seguintes condições:

a) QUE não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

b) QUE não foi condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

5.4.2. A Licitante vencedora deverá como condição prévia à assinatura do contrato, apresentar certidão de regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no art. 20 da Lei n. 14.973/2024.

5.4.3. Caso a proposta vencedora seja de valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá o licitante apresentar, previamente à assinatura do instrumento contratual, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação, na Secretaria de Licitações e Contratos/Seção de Gestão de Contratos, garantia adicional equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. A garantia adicional deverá ser apresentada em uma das modalidades do art. 96 da Lei 14.133/21, com validade durante toda a execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação. Os efeitos legais da garantia se estenderão em caso de ocorrência de sinistro.

5.5. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução dos serviços.

5.5.1. A Contratada deverá emitir outras Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica avulsos para os serviços que vier a prestar nas unidades do Contratante, quando requerido por órgãos externos, (ex.: corpo de bombeiros, vigilância sanitária, prefeituras, concessionárias de água/energia). Estas anotações serão indenizadas ao custo oficial publicado no órgão fiscalizador das profissões (CREA/CAU/CFT).

5.5.2. Em caso de dúvida quanto aos elementos fornecidos, o Contratante poderá averiguar sua veracidade por meio de diligências, na forma do art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;

6.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 125, da Lei nº 14.133/21;

6.3. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos e outros;

6.4. A Contratada deverá indicar preposto, que a representará durante a vigência do contrato, o qual deverá ter amplo conhecimento técnico dos serviços contratados e dos termos da contratação, inclusive estar apto a esclarecer as questões relacionadas ao faturamento dos serviços prestados, devendo acatar as determinações, instruções e orientações, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, decorrentes do contrato, e, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

6.4.1. A equipe de fiscalização, mediante justificativa, poderá requerer a substituição de preposto, assim como de quaisquer colaboradores, sabendo-se que deverão ser atendidos, pelos substitutos, as mesmas exigências elencadas na qualificação técnica do Edital.

6.4.2. O preposto deve ter formação superior em Engenharia ou Arquitetura, conforme exigência das condições da habilitação técnica, devendo ficar responsável pela condução e supervisão dos serviços durante toda a Contratação.

6.5. Exigir que seus técnicos ou empregados se apresentem nas dependências do Tribunal devidamente identificados com crachás;

6.6. Proibir que seu pessoal fique vagando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho;

6.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;

6.8. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, assim como pelos danos causados, direta ou indiretamente, decorrentes da realização desses;

- 6.9. Responder inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de acidentes, impostos e quaisquer outros que forem devidos e referentes aos serviços oriundos da contratação;
- 6.10. Executar todos os serviços obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-os, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 6.11. Fornecer a seus técnicos/empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses;
- 6.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- 6.13. Manter durante a contratação a documentação fiscal, social e trabalhista devidamente atualizadas;
- 6.14. Instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, e manter escritório de representação na região metropolitana de Goiânia e proceder toda assistência técnica necessária à execução dos serviços, durante a vigência da contratação, mantendo sempre atualizados, neste Tribunal, respectivos razão social, CNPJ, endereço e telefone;
- 6.14.1. A manutenção de escritório local tem como finalidade facilitar e agilizar a prestação dos serviços, aumentando a eficiência e a disponibilidade das instalações prediais.
- 6.15. Considerar que a ação de fiscalização da Administração do TRT da 18ª Região não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
- 6.16. Usar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade;
- 6.17. Tratar com urbanidade e respeito a qualquer servidor ou pessoa dentro das dependências desta Corte;
- 6.18. Indicar, no mínimo, um número de telefone e um endereço eletrônico (e-mail) pelo qual deseja receber as comunicações do Tribunal, devendo acusar pelo mesmo meio de comunicação, o recebimento em até 24 (vinte e quatro) horas após a transmissão. Transcorrido o prazo acima assinalado, sem manifestação da contratada, automaticamente inicia-se a contagem do prazo.
- 6.19. Cadastrar e alimentar com os dados e documentos necessários o Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho – SIGEO, conforme legislação vigente.
- 6.20. Observar as práticas de prevenção e enfrentamento ao assédio e discriminação previstas nas Políticas estabelecidas pela Resolução CNJ nº 351/2020 e pela Portaria TRT 18ª GP/DG nº 1512/2019.
- 6.21. Realizar, quando demandada pela Fiscalização, vistoria prévia para pleno conhecimento dos locais de realização dos serviços.
- 6.22. Elaborar, quando demandado, relatório técnico referente às visitas realizadas, contendo identificação de serviços e quantitativos levantados.
- 6.23. Apresentar documentos de levantamentos e memórias de cálculo completos, quando solicitada, que justifiquem os quantitativos necessários.
- 6.24. Realizar, quando solicitado, a pesquisa formal de custos de insumos junto a no

mínimo 3 (três) fornecedores preferencialmente locais ou regionais.

6.25. Dimensionar adequadamente suas equipes para manter os prazos de execução dentro de limites razoáveis para a Administração, respeitando os prazos e os cronogramas acordados.

6.26. Empregar somente mão de obra qualificada e apta a realização dos serviços.

6.27. Empregar somente materiais de boa qualidade e durabilidade, que atendam às especificações e normativos técnicos mais recentes.

6.28. Não realizar cobranças adicionais a qualquer título, referentes a deslocamentos, hospedagem ou gastos adicionais por atrasos e retrabalhos.

6.29. Manter limpas todas as áreas afetadas durante e ao término dos serviços.

6.30. Recompôr elementos afetados ou eventualmente danificados no decorrer dos serviços.

6.31. Dar destinação apropriada aos resíduos produzidos.

6.32. Empregar materiais e equipamentos que minimizem o impacto ao meio ambiente.

6.33. Paralisar imediatamente, após notificação pela Fiscalização, os serviços que estiverem em desconformidade.

6.34. Submeter os materiais de acabamento à prévia aprovação pela Fiscalização.

6.35. Iniciar o refazimento dos serviços que, a critério do Contratante e por responsabilidade da Contratada, não atenderem aos requisitos necessários ou não estiverem em conformidade com as especificações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

6.36. Indicar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a relação de todos os trabalhadores a ingressarem nas dependências do TRT-18, contendo nome completo, função e RG, quando for necessário trabalho em horários excepcionais.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. A execução dos serviços deverá ser acompanhada pelo Diretor da Secretaria de Manutenção e Projetos, Paulo Sérgio de Castro, e-mail paulo.castro@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5663 e seu substituto, Raphael Kratka Lins Rocha, subdiretor da Secretaria de Manutenção e Projetos, e-mail raphael.rocha@trt18.jus.br e telefone (62)3222-5025, que atuará como gestor da contratação, indicado na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e consoante a Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 002/2014.

7.1.1. **Equipe de Gestão da Contratação** será composta pelo gestor descrito no subitem 7.1 e pelos seguintes fiscais:

a) Sr. Rogério Neves Siqueira, ou sua substituta legal, a Sra. Fernanda Leles Gomes, (e-mails: rogerio.siqueira@trt18.jus.br e fernanda.gomes@trt18.jus.br, telefones (62) 3222-5303/5086)), ambos da Divisão de Engenharia Elétrica, e, ainda, o Sr. Armando Rassi Filho ou seu substituto legal, o Sr. Diego Cássio Tertuliano (e-mails: armando.filho@trt18.jus.br e diego.tertuliano@trt18.jus.br, telefone: (62) 3222-5043), ambos da Divisão de Engenharia Civil, que atuarão como fiscais técnicos;

b) Sr. Guido Milhomem Dourado, ou seu substituto legal, o Sr. Paulo Goiás Cordeiro dos Santos, (e-mails: guido.dourado@trt18.jus.br, paulo.santos@trt18.jus.br, telefones: (62) 3222-5675/5659), ambos da Secretaria de Manutenção e Projetos, que atuará como fiscal administrativo;

7.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4 As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5 O Tribunal entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7 Compete ao gestor:

- a) encaminhar, formalmente, ordem de serviço à Contratada;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);
- c) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- d) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);
- e) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- f) comunicar à Contratada, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- g) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão

de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

h) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

i) enviar a documentação pertinente à SOF para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato, observando a Portaria TRT 18ª GP/DG/SOF nº 391/2019.

7.8. Compete ao fiscal técnico:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, caso seja identificada qualquer inexatidão ou irregularidade. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

e) comunicar ao gestor, imediatamente, a ocorrências de fatos que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

f) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.9. Compete ao fiscal administrativo:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

b) atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

c) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o mesmo deverá observar as obrigações previstas nos subitens 7.8 e 7.9.

7.11. Além do disposto nos subitens acima, são obrigações do Contratante:

- a) não permitir assistência técnica, de espécie alguma, por pessoas não autorizadas pela prestadora de serviços;
- b) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos e empregados da prestadora de serviços às dependências do Tribunal, se for o caso;
- c) zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas, se for o caso;
- d) sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
- e) se for o caso, fiscalizar, quando julgar conveniente, nas dependências da prestadora, mesmo sem prévia comunicação, a prestação de serviços;
- f) observar as demais obrigações previstas na Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 2/2014 e no Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022, que dispõem sobre normas e procedimentos a serem observados pelos gestores e fiscais na gestão de contratos;
- g) fiscalizar as empresas prestadoras de serviços quanto ao fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, e as ações de incentivo à inclusão no mercado de trabalho das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, conforme recomendação CSJT 24/22, se for o caso;
- h) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1 mês.

8. DA FORMA DE SELEÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **maior desconto**.

8.1.1. O julgamento por maior desconto terá como referência o valor estimado da contratação.

8.1.2. Deverá ser utilizado o regime de empreitada por preço global, nos termos do inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, no modo de disputa ABERTO, nos termos do Art. 22, I da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta de preços consta do **ANEXO G**.

9.1.1. Deverá fazer parte da proposta, o detalhamento dos percentuais de BDI máximos a serem aplicados sobre os materiais e serviços contratados, nos moldes do **ANEXO E**, limitando-se aos valores de referência constantes do mesmo, e sendo vedadas cifras ilegais, irrisórias ou nulas.

9.2. Serão consideradas inexecutáveis e poderão ser desclassificadas as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, caso, em face de diligência, não seja comprovada a exequibilidade da proposta.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente a cada medição mensal ou, excepcionalmente e a critério da equipe de Fiscalização, após a conclusão da Ordem de Serviço, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação pela Contratada acerca da conclusão dos serviços.

10.1.1. O recebimento provisório ocorrerá mediante lavratura de termo circunstanciado, após a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, inciso I, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 22, inciso X, e 23, inciso VII, do Decreto nº 11.246/2022.

10.1.2. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo, nos termos do art. 24 do Decreto nº 11.246/2022.

10.1.3. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.1.4. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.1.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.2. Os serviços serão recebidos definitivamente em até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

10.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

10.2.3. Emitir Termo Circunstanciado e/ou ateste da nota fiscal, fatura, relatório de atestação, recibo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.2.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.2.5. Enviar a documentação pertinente à SOF para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

10.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Será emitida nota de empenho em favor da Contratada, após a homologação da licitação, caso se efetive a contratação.

11.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o gestor e/ou fiscais realizarão a liquidação da despesa no prazo de até o 5º (quinto) dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite da dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e até o 10º (décimo) dia útil acima deste limite, observado o disposto na Portaria TRT 18ª GP/DG/SOF nº 391/2019, ocasião em que será verificada a regularidade fiscal, social e trabalhista da Contratada.

11.2.1. O empenho será feito em favor da Contratada no valor total estimado da contratação (e não ao valor da proposta a partir do qual será obtido o maior desconto), sendo que o percentual do desconto obtido fará parte explícita do contrato celebrado, com precisão de duas casas decimais e este percentual será aplicado a cada serviço realizado.

11.3. O pagamento, em regra, será mensal, efetuado até o quinto dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite de dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e até o décimo dia útil acima desse limite, contados da finalização da liquidação da despesa. Será verificada, por ocasião do 1º pagamento, apresentação da garantia contratual.

11.3.1. Excepcionalmente, por deliberação do Gestor, o pagamento poderá dar-se relativamente à determinada Ordem de Serviço concluída, mantidas as mesmas condições do subitem anterior.

11.4. A Contratada deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta na nota fiscal ou fatura de serviços.

11.5. As notas fiscais, recibos, faturas ou congêneres deverão ser recebidos (as) somente pela unidade gestora do contrato ou pela unidade solicitante do serviço, a qual deverá consignar a data e a hora do seu recebimento.

11.6. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, CNPJ nº 02.395.868/0001-63, o nome do Banco a ser creditado, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar junto à nota fiscal/fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.6.1. A correspondente nota fiscal/fatura ou congênere deverá ser apresentada pela Contratada até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, sob pena de incorrer em multa, ou.

11.6.2. Se for o caso, a correspondente nota fiscal/fatura ou congênere deverá ser apresentada pela Contratada em até 10 (dez) dias após a comunicação para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, pelo gestor, no valor dimensionado pela fiscalização, sob pena de incorrer em multa.

11.7. Na ocorrência da rejeição de nota fiscal/fatura/recibo, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 11.2. passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

11.8. Todos os pagamentos serão submetidos ao que estabelece a Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 da Secretaria da Receita Federal, publicada no DOU de 12 de janeiro de 2012.

11.8.1. Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º, da IN acima, a pessoa jurídica deverá, no ato da formalização da Contratação, apresentar declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

11.9. A Contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

11.10. Por motivos de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, os serviços efetuados em determinado exercício (ano civil) não poderão ser faturados tendo como referência o ano seguinte.

11.11. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

EM: $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX= Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

11.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

12.1. A fiscalização do contrato avaliará mensalmente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), contido no **ANEXO C**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que não se produzirem os resultados, deixar-se de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

12.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.3. O sistema de informação (software) empregado para controle e planejamento da Manutenção emitirá relatórios mensais para avaliação contratual e comprovação de sua execução.

12.3.1 Na falta ou eventual falha do software em questão, o controle deverá ser feito por meio de planilhas eletrônicas e ordens de serviço, mediante autorização prévia da Fiscalização.

12.4. A mensuração dos resultados terá início após decorridos 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.

12.5. O instrumento de medição mensal, para a presente contratação, está definido nos termos do **ANEXO C**.

12.6. O fator redutor de faturamento, considerada a incidência de todos os IMR's, não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor medido mensalmente.

13. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA

13.1. A Contratada ofertará garantia para os serviços executados, contado a partir do recebimento definitivo:

- a) Para fundações, estruturas, impermeabilizações, integridade e vedação de instalações hidrossanitárias, alvenarias, aderência de revestimentos em argamassa/gesso, estanqueidade de fachadas: 5 (cinco) anos;
- b) Para o funcionamento de instalações elétricas, hidrossanitárias, fissuração em revestimentos argamassados: 3 (três) anos;
- c) Para a aderência de revestimentos em cerâmica/granito, pinturas, fechaduras, ferragens, metais sanitários e equipamentos elétricos: 2 (dois) anos;
- d) Para a fixação de vidros, esquadrias, rejuntamento e outros serviços não acima descritos ou correlatos: 1 (um) ano.

13.1.1. Tratando-se de vício oculto, o prazo acima iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito.

13.2. Durante o prazo da garantia, a Contratada deverá reparar ou refazer os serviços que apresentarem patologias, vícios ou defeitos, não sendo permitido transferir sua responsabilidade a terceiros, mesmo que fabricantes.

13.3. A contagem dos prazos tem início na data de comunicação formal da conclusão dos serviços ou, na sua ausência, a data da apresentação da nota fiscal referente aos serviços executados.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Com fundamento nos arts. 155 a 157 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

14.1.1. **Advertência**, nas hipóteses de inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.1.2. **Multas**, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 10% do valor anual estimado da contratação:

TABELA 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|---|
| 1 | 1% do valor estimado para o serviço (OS) |
| 2 | 1,5 % do valor estimado para o serviço (OS) |
| 3 | 3% do valor estimado para o serviço (OS) |
| 4 | 6% do valor estimado para o serviço (OS) |
| 5 | 8% do valor estimado para o serviço (OS) |

| | |
|---|---|
| 6 | 10% do valor estimado para o serviço (OS) |
|---|---|

TABELA 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|--------------------------|--|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 2 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes | 3 por culpa e 5 por dolo | Por ocorrência |
| 3 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 4 | Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 4 | Por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor estimado para a contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 5 | Alterar as plantas e detalhes fornecidos, bem como as especificações, sem a autorização formal do Contratante | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 6 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar | 4 | Por ocorrência |
| 7 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem justificativa | 6 | Por serviço ou por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor estimado da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 8 | Permitir a execução dos serviços contratados por profissionais não qualificados | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 9 | Não iniciar a execução dos serviços, a partir da emissão de cada ordem de serviços | 2 | Por dia de atraso, até o limite de 10% do valor estimado para a contratação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções |

| | | | |
|----|--|---|--|
| 10 | Descumprir os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro | 2 | Por dia de atraso, até o limite de 10% do valor estimado para a contratação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções |
| 11 | Descumprir o prazo para refazer os serviços ou substituir materiais permanentes, que apresentem defeitos, imperfeições, alterações, irregularidades ou qualquer característica discrepante das autorizadas pela Fiscalização, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento | 1 | Por dia de atraso, até o limite de 10% do valor estimado para a contratação. |
| 12 | Restringir, injustificadamente, o acesso do Contratante às dependências em que estão sendo executados os serviços | 4 | Por ocorrência |
| 13 | Recusar-se, injustificadamente, a apresentar qualquer informação solicitada pelo gestor da contratação | 2 | Por ocorrência |
| 14 | Não apresentar as ART's ou RRT's do CREA ou CAU referentes à execução do serviço, com a respectiva taxa recolhida, no início da obra ou serviço, quando exigível | 6 | Por ocorrência |
| 15 | Reincidir em atos penalizados com advertência | 3 | Por ocorrência |

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:

| | | | |
|----|---|---|---|
| 16 | Cumprir os prazos para a execução do serviço. | 1 | Por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor estimado da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 17 | Refazer o serviço que não se conformar com as especificações deste documento. | 2 | Por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor estimado da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 18 | Manter a garantia técnica dos serviços prevista no Termo de Referência. | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 19 | Manter a garantia contratual prevista no Termo | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo |

| | de Referência | | da possibilidade de rescisão da contratação |
|----|--|---|---|
| 20 | Manter a documentação de habilitação atualizada | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 21 | Apresentar a correspondente nota fiscal/fatura ou congênere em até 10 (dez) dias após a comunicação para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, pelo gestor ou até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, conforme o caso | 2 | Por ocorrência |
| 22 | Fornecer a seus técnicos ou empregados todas as ferramentas e instrumentos, bem como produtos ou materiais indispensáveis à execução dos serviços | 2 | Por ocorrência |
| 23 | Substituir, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação do Tribunal, profissional que venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica | 5 | Por ocorrência, sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 24 | Manter preposto com formação superior em Arquitetura ou Engenharia e experiência formalmente comprovada | 4 | Por ocorrência |
| 25 | Apresentar levantamentos quantitativos, após a realização de vistoria ou após a solicitação pela Fiscalização, em caso de dispensa de vistoria | 5 | Por ocorrência |
| 26 | Entregar os relatórios referentes aos serviços executados ou em execução, contendo descrições detalhadas e fotográficas | 4 | Por ocorrência |
| 27 | Observar os padrões previstos na legislação específica no que se refere à disposição final dos resíduos provenientes da construção, demolição, reparos e da preparação e escavação de solo, lâmpadas, entre outros, bem como providenciar a limpeza total dos ambientes, ao final dos serviços | 3 | Por ocorrência |
| 28 | Cumprir qualquer obrigação não prevista nesta tabela | 2 | Por empregado e por ocorrência |
| 29 | Fornecer EPIs aos seus empregados, quando exigido em lei ou convenção | 2 | Por empregado e por ocorrência |
| 30 | Fiscalizar a utilização de EPIs, mantendo em atividades empregados que se negarem a utilizá-los | 2 | Por empregado e por ocorrência |

14.1.2.1. A multa, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração e motivado

por culpa da Contratada, será de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, não cumulativa com as multas presentes na Tabela 2. Tal multa não exime a Contratada pelas reparações dos prejuízos e das demais sanções cabíveis.

14.1.2.2. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, ou ainda cobrada diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.1.2.3. Se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, a diferença será descontada da garantia prestada, ficando a Contratada obrigada a recolher qualquer importância remanescente no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

14.1.2.4. A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão da contratação.

14.1.3. **Impedimento de licitar e contratar** com os órgãos da Administração Pública direta e indireta Federal, nos prazos e situações estipulados abaixo:

| Nº | SITUAÇÃO | PRAZO |
|----|---|-----------------------|
| 1 | Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo | Por até 3 (três) anos |
| 2 | Dar causa à inexecução total da contratação | Por até 3 (três) anos |
| 3 | Deixar de entregar a documentação exigida para o certame | Por até 1 (um) ano |
| 4 | Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado | Por até 2 (dois) anos |
| 5 | Não celebrar o contrato, se for o caso, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta | Por até 2 (dois) anos |
| 6 | Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado | Por até 01 (um) ano |

14.1.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução da contratação;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
- praticar as infrações previstas na tabela do subitem 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar.

14.2. A Contratada estará sujeita às seguintes penalidades, em face da Lei nº 13.709/2018 - LGPD:

I – Advertência;

II – Multa:

a) de 8% (oito por cento) sobre o valor estimado para o serviço (OS), na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o serviço (OS), na hipótese de compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros;

c) As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

d) As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” não excluem a responsabilidade das empresas em caso de aplicação das sanções previstas no art. 52 e de ressarcimento de danos, na forma prevista no §4º do art. 42, ambos da LGPD.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

14.5. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente do Contratante, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

14.6. Além dos casos já previstos na Tabela 2 do subitem acima, a rescisão/extinção da contratação também se dará nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

15. DO REAJUSTE

15.1. O valor inicialmente contratado será fixo e irreajustável pelo prazo de um ano. Durante este período, os custos dos serviços e insumos a serem orçados no âmbito da execução contratual deverá empregar as tabelas oficiais do SINAPI do mês da publicação do edital, aplicado o desconto ofertado na licitação. Decorrido este prazo, as tabelas de referência de preços previstas neste termo serão atualizadas anualmente, tendo como data-base o mês da publicação do edital, já que não houve, no caso, a elaboração de orçamento estimado.

15.1.1. Os custos dos serviços e insumos objeto de orçamentos no decorrer da execução contratual deverão empregar as tabelas oficiais do SINAPI. A cada reajuste anual, será permitido atualizar a tabela para a mais recentemente publicada na data do reajuste. É vedada a substituição de tabelas de referência mês a mês.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.5. O BDI máximo a ser empregado nos orçamentos dos serviços (BDI de referência aplicado o desconto da proposta vencedora) não sofrerá alterações salvo para adequação de impostos sobre serviços à realidade tributária do local de prestação dos serviços ou no caso de eventuais alterações legislativas com impacto contratual.

15.5.1. Havendo alterações tributárias que impactem e ultrapassem os limites já considerados no BDI máximo de referência do **ANEXO E**, um novo limite será calculado pela Fiscalização e formalmente juntado ao processo, e sobre este limite será aplicado o desconto ofertado.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos moldes do art. 96 da Lei 14.133/21, a Contratada deverá apresentar, na Secretaria de Licitações e Contratos/ Seção de Gestão de Contratos deste Tribunal, **no ato da assinatura do Contrato**, comprovante de garantia para execução do mesmo, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor anual, com validade durante toda a execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação. Os efeitos legais da garantia se estenderão em caso de ocorrência de sinistro.

16.1.1 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

16.2. Mediante expressa e justificada solicitação da Contratada, o Contratante poderá conceder, excepcionalmente e por ato motivado, o prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, para apresentação da garantia.

16.2.1. Em se tratando de seguro-garantia, a Contratada terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

16.3. A garantia deverá ser prestada, preferencialmente, mediante caução em dinheiro ou por meio das outras modalidades previstas no §1º art. 96, da Lei nº 14.133/21.

16.4. Rejeitar-se-á caução em cheque e quaisquer outras modalidades de garantia não previstas no art. 96, da Lei nº 14.133/21.

16.5. Dependendo da modalidade da garantia, a Contratada deverá observar o disposto a seguir:

16.5.1. a caução deve ser depositada **em dinheiro**, na Caixa Econômica Federal – CEF (código de **Operação 1477** –Depósito Caução Pessoa Jurídica), tendo como favorecido/beneficiário o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, CNPJ nº 02.395.868/0001-63, conforme dispõe o art. 1º, inciso IV, do Decreto-Lei nº 1.737/1979, e será comprovada pela **entrega do original** do recibo de caução (via do favorecido/beneficiário);

16.5.2. Os títulos da dívida pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

16.5.3. O seguro-garantia será comprovado mediante entrega do original de apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, tendo como segurado o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

16.5.4. A fiança bancária terá como favorecido o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, devendo ser entregue ao Contratante o documento original, contendo a expressa renúncia da instituição bancária fiadora aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, e deverá ser expedida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil. Rejeitar-se-á garantia fidejussória, não revestida da natureza de fiança bancária, prestada por pessoa jurídica não autorizada pelo Banco Central do Brasil.

16.6. No caso de opção da empresa pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, a cobertura da garantia deverá assegurar o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, bem como multas moratórias e punitivas aplicadas à Contratada, não sendo admitido documento de garantia com a cláusula "Performance Bond"; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber. O instrumento de garantia não poderá conter cláusulas excludentes de qualquer natureza que a torne incompatível com o fim a que se destina; portanto, não será aceita garantia que, entre outras condições:

16.6.1. Exclua da cobertura o pagamento de multas, previstas na Lei nº 14.133/21 ou no contrato, aplicadas pelo Contratante à Contratada;

16.6.2. Exclua/Restrinja a indenização de quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades causados por ou de qualquer forma relacionados a atos e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso/conhecimento do segurado ou seu representante;

16.6.3. Estabeleça cláusula de proporcionalidade, que defina que a fiança será concedida de forma proporcional ao transcurso do prazo de execução dos serviços contratados, "*pro rata temporis*".

16.7. Havendo atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação da garantia válida e aprovada pelo Contratante, a Administração estará autorizada a rescindir a contratação, nos termos do item 19, da Tabela 2, do subitem 14.1.2 ou a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal em conta caução em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

16.7.1. Caberá à Contratada providenciar a abertura da conta caução na Caixa Econômica Federal e comunicar seus dados para que o Contratante efetue o depósito do valor retido; até que ocorra esta comunicação, o valor ficará retido pelo Contratante sem sofrer qualquer correção ou remuneração.

16.8. Em caso de recusa pela Contratada do pagamento de eventual multa aplicada, a Administração executará a garantia contratual para ressarcimento dos valores devidos e, caso não seja possível a execução da garantia ou o seu valor não seja suficiente, a Administração poderá reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados.

16.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante;

16.10. A garantia a que se refere esta cláusula terá seu valor atualizado nas mesmas

condições do contrato, acompanhando eventuais prorrogações de vigência e alterações decorrentes de reajustes e/ou acréscimo de serviços, devendo o reforço da garantia ser apresentado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do termo aditivo ou instrumento equivalente.

16.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que for notificada.

16.12. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, o Contratante, prevendo a necessidade de utilização da garantia, deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

16.13. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

16.14. A garantia contratual será restituída à Contratada após a execução integral do contrato e do recebimento definitivo dos serviços.

16.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço ou produto prevista especificamente no Termo de Referência.

17. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Além das disposições constantes neste Termo, a Contratada deverá atender, no que couber, às demais disposições constantes da [Resolução nº 310/21 do CSJT - Guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho](#), em especial:

- a) Atentar para proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelos serviços contratados;
- b) Optar por utilizar produtos de baixo impacto ambiental; reciclados e recicláveis; e duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- c) Buscar a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010);
- d) Observar as normas técnicas, elaboradas pela ABNT, sobre resíduos sólidos e aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;
- e) Empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- f) Uso preferencial de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, tais como lâmpadas LED de alta eficiência energética ou, quando estritamente necessário, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento, bem como luminárias eficientes;
- g) O sistema de iluminação e o sistema de condicionamento de ar devem observar os requisitos para os níveis de eficiência energética A ou B dos Requisitos Técnicos da

Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos aprovado pelo INMETRO;

h) Optar pela utilização de revestimentos de cor clara nas coberturas e fachadas, para reflexão dos raios solares, e consequente redução da carga térmica nestas superfícies, com o objetivo de melhorar o conforto ambiental e reduzir a necessidade de climatização, salvo disposição em contrário;

i) Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo;

j) Utilização de outros materiais em substituição ao asbesto/amianto;

l) Emprego de formas pré-moldadas fabricadas em material que permita a reutilização;

m) Utilização de andaimes e escoras, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;

n) A utilização de madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-SDT-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC;

o) Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;

p) Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, com sensores ou de fechamento automático, sanitários com sensores ou com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo;

q) Em relação aos serviços de intervenção na parte instalação elétrica, priorizar a setorização da iluminação de um mesmo ambiente, através de interruptores, para permitir uso localizado e aproveitamento da luz natural, inclusive instalação de sensores de presença em locais que não exijam iluminação constante, como garagens, circulações, hall de elevadores e escadas;

r) Sempre que possível, nas intervenções civis, promover adaptação de mobiliário, portas e corredores em acessos de forma a promover acessibilidade plena às dependências do Contratante;

s) Sempre que viável, promover o uso de energia renovável como, por exemplo, painéis fotovoltaicos;

t) Quando viável, prever reutilização de água;

18. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

18.1. Estimou-se um gasto orçamentário anual de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões).

18.2. A estimativa acima não constitui obrigação de fazer por parte deste Tribunal.

19. DA VISTORIA PRÉVIA

19.1. A licitante poderá vistoriar os locais de prestação dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento junto à Divisão de Engenharia Civil da Secretaria de Manutenção e Projetos - SMPROJ, pelo telefone (62) 3222-5043/5188.

19.2. É facultado ao licitante a apresentação de declaração pelo responsável técnico de que conhece as condições gerais dos locais onde serão prestados os serviços, em substituição à vistoria.

19.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos locais de prestação dos serviços e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

19.4. As licitantes poderão esclarecer suas dúvidas de ordem técnica até **2 (dois) dias** antes da abertura da licitação, junto à Divisão de Engenharia Civil da Secretaria de Manutenção e Projetos - SMPROJ, pelo telefone (62) 3222-5043/5188.

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As Partes, seus servidores/ empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar no tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - LGPD e em estrita observância aos termos da Resolução Administrativa nº 130/2021 deste Tribunal.

20.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da parte "Controladora" dos dados. As Informações não poderão ser utilizadas para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.

20.3. Cada Parte deverá limitar o acesso às Informações a seus funcionários, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

20.4. O dever de Confidencialidade abrange todas as Informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone, fac-símile e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

20.5. As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de quaisquer disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

20.6. Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.

20.7. As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

20.8. A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

21. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

21.1. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

21.2. De acordo com a RESOLUÇÃO N.º 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficam as PROPONENTES cientificadas de que é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

21.3. A Contratada deverá facilitar ao máximo as relações com outras empresas contratadas pelo Contratante e que, eventualmente, possam realizar trabalhos paralelos aos seus serviços, garantindo condições para o cumprimento do cronograma de ambos.

21.4. Todas as dúvidas quanto aos elementos técnicos deverão ser sanadas junto ao Contratante, por escrito, cabendo à Contratada aguardar a deliberação para prosseguir nas atividades daí decorrentes.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A

Localização dos imóveis do TRT18

ANEXO B

Memorial Descritivo

ANEXO C

Instrumento de Medição de Resultados - IMR

ANEXO D

Memória De Cálculos

ANEXO E

Detalhamento de BDI

Os documentos serão disponibilizados no endereço eletrônico www.trt18.jus.br.

ANEXO F - TERMO DE REFERÊNCIA**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

| | |
|----------------------|-------|
| IDENTIFICAÇÃO | |
| Empresa: | CNPJ: |
| Responsável Técnico: | CPF: |

A licitante acima identificada DECLARA, para fins de participação no Pregão nº _____, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, **que vistoriou** os locais onde serão prestados os serviços para inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, bem como tomou conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações inerentes ao objeto desta licitação.

OU:

A licitante acima identificada DECLARA, para fins de participação no Pregão nº _____, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, **que conhece as condições** gerais dos locais onde serão prestados os serviços, bem como o grau de dificuldades existentes e todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações inerentes ao objeto desta licitação.

Local/Data/Assinatura:

_____, ____/____/____

ANEXO G - TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE PROPOSTAS DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL e TELEFONE:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | PERCENTUAL DE DESCONTO |
|------|--|------------------------|
| 01 | Contratação de serviços comuns de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo realização de reparos, substituições, modificações, adequações e redesignação de ambientes e elementos construtivos, internos e externos, integrantes da estrutura física em uso pelo Tribunal, sem projeção de área construída nova, com base em tabelas oficiais SINAPI. | (%) |

1. Deverá fazer parte da proposta, o detalhamento dos percentuais de BDI máximos a serem aplicados sobre os materiais e serviços contratados, nos moldes do **ANEXO E**, limitando-se aos valores de referência constantes do mesmo, e sendo vedadas cifras ilegais, irrisórias ou nulas.

2. Serão consideradas inexequíveis e poderão ser desclassificadas as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, caso, em face de diligência, não seja comprovada a exequibilidade da proposta.

Validade da Proposta:

Dados Bancários:

DECLARO estar ciente e concordar com os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

Local e data:

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO II – ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O documento será disponibilizado no endereço eletrônico www.trt18.jus.br.

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**MINUTA**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO E A EMPRESA

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA OITAVA REGIÃO, de um lado, Órgão do Poder Judiciário da União, com sede na Av. T-1, esquina com T-51, Lotes 1 a 24, Qd. T-22 - Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74.215-901, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.395.868/0001-63, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por, Diretor-Geral, no uso da competência delegada pela Resolução Administrativa TRT 18º....., e, de outro lado, a empresa, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, e-mail:....., telefone:....., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por, tendo em vista o que consta no **PROAD TRT/18ª nº 25037/2025**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato, que se regerá nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2026, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015, em observância às disposições da Lei nº 13.709/2018, e em conformidade com as instruções constantes do Edital "Pregão Eletrônico nº 90005/2026", bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços comuns de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo realização de reparos, substituições, modificações, adequações e redesignação de ambientes e elementos construtivos, internos e externos, integrantes da estrutura física em uso pelo CONTRATANTE, sem projeção de área construída nova, com base em tabelas oficiais SINAPI, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital "Pregão Eletrônico nº 90005/2026", que regeu a presente contratação, e, no que couber, à proposta da CONTRATADA, que, independentemente de transcrição, passam a fazer parte integrante e complementar do presente instrumento.

§ 1º Os serviços contratados serão demandados, exclusivamente, pela equipe gestora da contratação e executados, após aprovação pelo CONTRATANTE, de levantamento e orçamento analíticos, este feito com base em custos de tabelas oficiais do SINAPI (insumos e composições), sobre os quais será aplicado o desconto informado na cláusula oitava e a taxa BDI contratual, respeitando-se as demais disposições contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

§ 2º Não faz parte do objeto da presente contratação a realização de manutenções em equipamentos de informática e cabeamento estruturado, dispositivos eletrônicos portáteis, eletrodomésticos, elevadores, nobreaks, transformadores, ar-condicionado central (exceto rede de drenos e infraestrutura elétrica), grupos moto-geradores. Não se excluem testes/reparos/manutenções/extensões de rede na infraestrutura e interfaces dos respectivos sistemas (fornecimento de energia, quadros elétricos, cabeamento de rede, tubulações de cobre, abastecimento de água e coleta de esgoto).

§ 3º A maior parte dos serviços abrange modificação e/ou readequação de ambientes internos e externos, os quais encontram-se listados e descritos, de forma não exaustiva, por grupos de serviços relacionados às manutenções corretivas e às adequações de ambientes, no ANEXO B – Memorial Descritivo, do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

Objetivando dar suporte à presente contratação, foi instaurado, procedimento licitatório próprio, na modalidade de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento "maior desconto", na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, em conformidade com as disposições constantes no Termo de Referência (doc. 61, do PROAD nº 25037/2025)

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE são aquelas previstas nos itens 6 e 7, observada ainda, a disposição constante do item 21 – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS - do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Diretor da Secretaria de Manutenção e Projetos, Paulo Sérgio de Castro, atuará como gestor deste contrato e o servidor Raphael Kratka Lins Rocha, como substituto eventual (e-mails: paulo.castro@trt18.jus.br e raphael.rocha@trt18.jus.br; telefones: 62 3222-5663/5025), indicados na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cumprindo as determinações contidas na Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 002/2014.

Parágrafo único. A Equipe de Gestão da Contratação será composta pelos seguintes fiscais: Rogério Neves Siqueira como fiscal técnico e Fernanda Leles Gomes como substituta eventual (e-mails: rogerio.siqueira@trt18.jus.br e fernanda.gomes@trt18.jus.br; telefones: 62 3222-5303/5086); Armando Rassi Filho como

fiscal técnico e Diego Cássio Tertuliano como substituto eventual (e-mails: rogerio.siqueira@trt18.jus.br e fernanda.gomes@trt18.jus.br; telefones: 62 3222-5303/5086); Guido Milhomem Dourado como fiscal administrativo e Paulo Goiás Cordeiro dos Santos como substituto eventual (e-mails: guido.dourado@trt18.jus.br e paulo.santos@trt18.jus.br; telefones: 62 3222-5675/5659).

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA são aquelas previstas no item 3 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

§ 1º Os serviços poderão ser demandados, inclusive concomitantemente, para quaisquer imóveis do CONTRATANTE, listadas no ANEXO A do Termo de Referência, Anexo I do Edital, bem como naqueles que, eventualmente, vierem a existir no decorrer da contratação, conforme seja constatada a necessidade, mediante emissão formal de ordem de serviço.

§ 2º É admitida a subcontratação, de quaisquer naturezas das atividades contratadas, limitada a 30% (trinta por cento) do valor global anual estimado, observadas as condições estabelecidas no subitem 3.6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

§ 3º Os resultados esperados com a prestação dos serviços serão aferidos mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme estabelecido no item 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto deste contrato, serão recebidos conforme estabelecido no item 10 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA

A CONTRATADA ofertará garantia para os serviços executados nos moldes estabelecidos no item 13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

O Preço Final a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA para cada serviço realizado será calculado aplicando-se o percentual de desconto de % (.....) sobre o custo direto total (orçamento dos materiais e serviços demandados), acrescido da taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).

§1º O valor total estimado da presente contratação é de R\$

2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§2º Para cada serviço demandado será elaborado pelo CONTRATANTE orçamento analítico detalhado.

§ 3º Os percentuais máximos de BDI a serem aplicados sobre os materiais e serviços contratados são respectivamente de% e%.

§ 4º Aos preços contratados deverão estar incorporadas todas as despesas relativas a impostos, taxas, seguros, encargos sociais e previdenciários, transporte, mão de obra, diárias e qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir 26/02/2026 ou da data da sua assinatura, caso esta ocorra posteriormente, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, a critério do CONTRATANTE, desde que verificada a vantajosidade das condições contratadas, permitida a negociação com a CONTRATADA, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e terá eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§ 1º A prorrogação estará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) manifestação expressa do gestor sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente e que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;

b) haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e

c) comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

§2º Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos, ou eliminados como condição para a renovação.

§3º O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de

licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

O valor inicialmente contratado será fixo e irreajustável. Durante os primeiros 12 (doze) meses da contratação, os custos dos serviços e insumos a serem orçados no âmbito da execução contratual deverá empregar as tabelas oficiais do SINAPI do mês da publicação do edital (.....), aplicado o desconto estabelecido na cláusula oitava. Decorrido este prazo, as tabelas de referência de preços serão atualizadas anualmente, tendo como data-base o mês da publicação do edital, já que não houve, no caso, a elaboração de orçamento estimado.

§1º Os custos dos serviços e insumos objeto de orçamentos no decorrer da execução contratual deverão empregar as tabelas oficiais do SINAPI. A cada reajuste anual, será permitido atualizar a tabela para a mais recentemente publicada na data do reajuste. É vedada a substituição de tabelas de referência mês a mês.

§2º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§3º No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

§4º Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§5º O BDI máximo a ser empregado nos orçamentos dos serviços (BDI de referência aplicado o desconto estabelecido na cláusula oitava) não sofrerá alterações salvo para adequação de impostos sobre serviços à realidade tributária do local de prestação dos serviços ou no caso de eventuais alterações legislativas com impacto contratual.

§6º Havendo alterações tributárias que impactem e ultrapassem os limites já considerados no BDI máximo de referência do ANEXO E, do Termo de Referência, Anexo I do Edital, um novo limite será calculado pela Fiscalização e formalmente juntado ao processo, e sobre este limite será aplicado o desconto estabelecido na cláusula oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá prestar a garantia contratual nos moldes estabelecidos no item 16 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções relacionadas à execução deste contrato são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade a serem observados pela CONTRATADA estão previstos no item 17 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O detalhamento das medidas de proteção e tratamento de dados pessoais encontram-se descritos no item 20 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

§1º O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§2º A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

§3º Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

§4º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§5º Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§6º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

§7º Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§8º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

§9º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

§10º O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, a CONTRATADA reconhece, de logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para ressarcimento ao CONTRATANTE por prejuízos decorrentes da não execução, para o pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível, para pagamento das multas a ele devidos e para a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível ;
- d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas;

§ 1º Caso o CONTRATADO cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado (s) tipo (s) de

serviço (s) compreendido (s) no escopo do presente contrato, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu critério, executar diretamente e/ou aplicar as penalidades previstas em lei e contratualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A utilização, pelo CONTRATANTE, do direito a ele assegurado no parágrafo anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à CONTRATADA reivindicações de quaisquer natureza em consequência da aplicação, pelo CONTRATANTE, do disposto no caput.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE, conforme Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0052, Elemento de Despesa 339039.

Parágrafo único. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Goiânia-GO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via Administrativa.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento.

Goiânia-GO/2026.

.....
Diretor-Geral
TRT/18ª

.....
.....
CONTRATADA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no subitem 8.4.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, a empresa _____ CNPJ nº _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, **DECLARA**, que não se enquadra na vedação constante do art 2º, inciso VI, da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO V – TERMO DE CADASTRO E RESPONSABILIDADE

Visando atender ao disposto no item 8.4.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, eu, _____, representante legal da empresa _____, forneço os dados abaixo para a criação de *login* e senha no Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria – PROAD-OUV:

CPF: _____

E-mail individual do representante da empresa: _____

Telefone de contato: _____

Endereço (com o CEP): _____

Declaro, para os devidos fins, que tenho ciência que o *login* e senha a serem criados pela Secretaria de Licitações e Contratos do TRT18 serão enviados diretamente para o e-mail informado acima, bem como sou responsável pelo uso e guarda da senha fornecida.

Declaro, por fim, responsabilizar-me pelo uso adequado das informações e documentos que terei acesso pelo Sistema.

Assinatura do representante legal da empresa



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

**PAULO
SÉRGIO
DE
CASTRO**
23/12/2025 15:49

**RAPHAEL
KRATKA
LINS
ROCHA**
23/12/2025 15:57

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PARA REALIZAÇÃO DE REPAROS, SUBSTITUIÇÕES, MODIFICAÇÕES, ADEQUAÇÕES E REDESIGNAÇÃO DE AMBIENTES E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS, INTERNOS E EXTERNOS, INTEGRANTES DA ESTRUTURA FÍSICA DOS IMÓVEIS EM USO PELO TRT DA 18ª REGIÃO, SEM PROJEÇÃO DE ÁREA CONSTRUÍDA NOVA, A SEREM REALIZADOS, EXCLUSIVAMENTE, SOB DEMANDA DO CONTRATANTE, EMPREGANDO-SE PREÇOS REFERENCIADOS PELAS TABELAS DE PREÇOS SINAPI.

SUMÁRIO

I - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

II - ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
3. NORMATIVOS ESPECÍFICOS
4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
6. QUANTITATIVO A SER CONTRATADO
7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR
8. ESTIMATIVA DE PREÇOS
9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
12. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO
13. RESULTADOS PRETENDIDOS
14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO
15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
16. EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

III - ANÁLISE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

IV - CIÊNCIA DOS GESTORES

V - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

VI – ANEXOS

ANEXO I – Memorial Descritivo

ANEXO A – Locais de Prestação dos Serviços

ANEXO B – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

ANEXO C – Memória de Cálculos

ANEXO D – Detalhamento de BDI

I – EQUIPE DE PLANEJAMENTO

1. Integrante Técnico Titular

Nome: Paulo Sérgio de Castro
Lotação: Secretaria de Manutenção e Projetos
Telefone: (62)3222-5663
E-mail: paulo.castro@trt18.jus.br

2. Integrante Técnico Suplente

Nome: Raphael Kratka Lins Rocha
Lotação: Secretaria de Manutenção e Projetos
Telefone: (62)3222-5025
E-mail: raphael.rocha@trt18.jus.br

3. Integrante Administrativo

Nome: Herika Silva Veloso Fabian
Lotação: Secretaria de Manutenção e Projetos
Telefone: (62)3222-5131
E-mail: herika.fabian@trt18.jus.br

4. Integrante Administrativo Titular

Nome: Mariane Meireles Andrade
Lotação: Divisão de Planejamento e Aquisições
Telefone: (62)3222-5403
E-mail: mariane.andrade@trt18.jus.br

5. Integrante Administrativo Suplente

Nome: Pherilene Felisbino Duarte
Lotação: Divisão de Planejamento e Aquisições
Telefone: (62)3222-5137
E-mail: pherilene.duarte@trt18.jus.br

II – ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

1.1 O presente estudo técnico tem por objetivo instruir a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção predial para realização de reparos, substituições, modificações, adequações e redesignação de ambientes e elementos construtivos, internos e externos, integrantes da estrutura física dos imóveis em uso pelo TRT da 18ª Região, sem projeção de área construída nova, a serem realizados, exclusivamente, sob demanda do Contratante, empregando-se preços referenciados pelas tabelas de preços SINAPI.

1.1.1 Não fazem parte do objeto da presente contratação a realização de manutenções em equipamentos de informática e cabeamento estruturado, dispositivos eletrônicos portáteis, eletrodomésticos, elevadores, nobreaks, transformadores, ar-condicionado central (exceto rede de drenos e infraestrutura elétrica), grupos motogeradores.

1.1.2 Não se excluem testes/reparos/manutenções/extensões de rede na infraestrutura e interfaces dos respectivos sistemas (fornecimento de energia,

quadros elétricos, cabeamento de rede, tubulações de cobre, abastecimento de água e coleta de esgoto).

1.1.3 Os serviços contratados serão demandados, exclusivamente, pela equipe gestora da contratação e executados, após apresentação pela Contratada e aprovação pelo Contratante, de levantamento e orçamento analíticos, este feito com base em custos de tabelas oficiais do SINAPI (insumos e composições), sobre os quais será aplicado o desconto obtido na licitação e a taxa BDI contratual, respeitando-se as demais disposições deste Termo.

1.2 A manutenção de uma edificação, no que se relaciona à engenharia, é atividade complexa e permanente, sujeita ao planejamento e à execução com técnicas padronizadas, em grande parte, por normas de regulação oficiais, e fiscalizadas por equipe técnica competente, sendo seu principal objetivo a conservação ou recuperação das condições adequadas ao uso previsto, isto é, às condições iniciais do projeto.

1.3 Especificamente, no estudo ora desenvolvido, pretende-se analisar as condições de contratação para os serviços de manutenção delineados na descrição do objeto e não alcançados pela mão de obra dos postos fixos (PROAD 13449/2024), que é mais voltada ao atendimento de demandas corriqueiras e de menor porte, relacionadas às questões de engenharia civil, hidráulica e/ou elétrica, diversamente da pretensão deste feito, seja pela especificidade da mão de obra, seja pelo volume dos serviços, por exemplo.

1.4 A maior parte dos serviços abrange modificação e/ou readequação de ambientes internos e externos, os quais encontram-se listados e descritos, de forma não exaustiva, por grupos de serviços relacionados às manutenções corretivas e às adequações de ambientes, no Anexo I – Memorial Descritivo.

CATSER: 1627

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Administração visa garantir, a todas as unidades do Tribunal, a pronta realização dos serviços objeto da contratação em estudo para assegurar, permanentemente, a preservação do patrimônio público, as melhores condições de utilização dos ambientes, primando por conforto e modernidade, com vistas ao atendimento dos princípios de eficiência e economicidade na gestão dos gastos públicos.

2.2 Atualmente, os serviços acima descritos são objeto do contrato nº 6/2025, que vige até 25/02/2026 (PROAD nº 1.899/2025), com especificações e condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90062/2024.

2.3 Ao longo dos 10 meses que dura contratação, a Contratada, Costa e Gonçalves Edificações Ltda., vem descumprindo, reiteradamente, as cláusulas contratuais, como ficou evidenciado por meios dos PROAD nº 14.589/2025 e PROAD nº 18.464/2025, com aplicação de penalidade pecuniária pelo atraso de grande parte dos serviços que lhe foram repassados, com o que a própria empresa concordou.

2.4 Registra-se que a um primeiro pedido de rescisão contratual pela equipe gestora foi afastado no bojo do PROAD nº 14.589/2025.

2.5 A despeito do compromisso da Contratada em executar fielmente o contrato, condição que levou a Diretoria-Geral deste órgão a reconsiderar a aplicação de punição que descontinuará o contrato, a atuação da empresa não apresentou melhora, persistindo os diversos atrasos na prestação dos serviços, conforme constatado no relatório do doc. 4, do qual consta o registro das ordens de serviços atrasadas atualmente, renovando-se, assim, as razões para que seja processada a rescisão contratual.

2.6 Considerando, portanto, uma eventual quebra de contrato e que a necessidade dos serviços de manutenção predial é permanente e continuada, mister processar, com urgência, novo processo licitatório, para salvaguardar a execução dos serviços pendentes e novos, represados junto à administração ou não, a fim de obstar a ocorrência de atrasos ou paralisações de atendimentos que prejudiquem a continuidade do serviço público.

3. NORMATIVOS ESPECÍFICOS

3.1 Segue relação não exaustiva de normativos aplicáveis:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- b) ABNT NBR 5674/2012: Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção.
- c) ABNT NBR 16280/2015: Reformas em edificações – Sistemas de gestão de reformas – Requisitos.
- d) Resolução n. 365/CSJT, de 29 de setembro de 2023: Estabelece a Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
- e) Decreto Federal 7.983/2019, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- f) Resolução nº 103/2012 – CSJT: Regulamenta a Sustentabilidade nos TRTs.
- g) Resolução nº 70/2010 – CSJT: Dispõe, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Grau, sobre: I - O processo de planejamento, execução e fiscalização de obras e de aquisição e locação de imóveis; II – Parâmetros e orientações para contratação de obras e aquisição e locação de imóveis; III – Referenciais de áreas e de custos e diretrizes para elaboração de projetos;
- h) Resolução nº 114, de 20/04/10 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário;
- i) Resolução nº 400/2021 do CNJ – Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;
- j) Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação encontra-se alinhada estrategicamente com a missão de promover o

trabalho decente e a sustentabilidade, assim como encontra respaldo no Plano Anual de Licitações e Contratos de 2024 (PACON/2025).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os serviços serão prestados no Complexo Trabalhista de Goiânia, com endereço à Av. T1, Quadra T22, Lotes 01/24, n. 1698, Setor Bueno, Goiânia, GO, bem como nos imóveis utilizados pelo Contratante no interior do Estado, inclusive aqueles que vierem a ser instalados enquanto vigor a contratação, mediante eventual aditivação de contrato.

5.2 Trata-se de contratação de serviços de **natureza continuada** (inciso XXI do art. 6º, Lei nº 14.133/2021), com previsão de duração inicial de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/21

5.3 Por se tratarem de serviços **comuns de engenharia** (alínea “a” do inciso XXI do art. 6º, Lei nº 14.133/2021), podem ser realizados por diversas prestadoras especializadas, ante o conhecimento prévio dos padrões de execução por parte de quem atua no ramo.

5.4 Entende-se que deverá ser utilizado o regime de empreitada por preço global, nos termos do inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, no modo de disputa ABERTO, nos termos do Art. 22, I da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, tendo como critério de julgamento o maior desconto ou menor preço global.

5.5 Em se tratando de serviços de engenharia, de modo a reduzir os riscos do inadimplemento das obrigações técnicas, será exigido das licitantes a **comprovação da capacidade técnica**, por meio da apresentação da documentação descrita no anexo supracitado.

5.6 Deverão ser emitidas e apresentadas à equipe gestora as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes à execução dos serviços.

Qualificação técnica

5.7 As exigências de qualificação técnica se dão em razão da necessidade de comprovar que a licitante e seu responsável técnico possuam capacidade operacional, gerencial e técnica específica mínima para execução dos serviços objeto da contratação e serão aquelas do modelo de contratação de serviços continuados, ajustadas ou acrescidas do que segue:

5.8 A licitante, na fase de habilitação, deverá apresentar os documentos abaixo listados para fins de comprovação da qualificação técnica:

- a) Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Profissional da Categoria (CREA), da região a que estiver vinculada, em plena validade, que comprove atividade relacionada ao objeto;
- b) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de manutenção demonstrem capacidade operacional na execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, em que conste, obrigatoriamente, os serviços de pintura, hidráulica,

elétrica, telhado e alvenaria, com área mínima de 10.000 m², área que representa menos de dez por cento da área total aproximada a ser mantida, que é de 103.260,35m², incluindo todas as edificações do TRT da 18ª Região, acompanhado de todos os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, não sendo permitido o somatório de atestados.

c) Atestado ou declaração de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, comprovando, no mínimo, 3 (três) anos consecutivos de experiência na execução de serviços de manutenção predial relacionados ao objeto, conforme §5º, do artigo 67, da Lei n. 14.133/2021, com vistas à apuração pregressa de estabilidade e confiabilidade de prestação de serviços que são essenciais ao funcionamento deste Tribunal.

d) Indicação de responsável técnico, profissional formado em Engenharia ou Arquitetura, com inscrição válida no respectivo Conselho Profissional da Categoria, devendo ser comprovada experiência em execução ou manutenção de edificações comerciais ou industriais de múltiplos pavimentos em materiais mistos ou especiais.

5.9 A licitante deverá **indicar**, à época da assinatura do contrato, ao menos 01 (um) Responsável Técnico pelos serviços civis e ao menos 01 (um) Responsável Técnico pelos serviços elétricos, com inscrição válida no respectivo Conselho Profissional da Categoria.

5.9.1 O mesmo profissional poderá desempenhar ambas as funções, desde que seja possua as duas formações.

5.10 A comprovação da capacidade técnico-profissional será feita por meio da apresentação de ao menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, demonstrando que os profissionais indicados como Responsáveis Técnicos possuem experiência em execução ou manutenção de edificações comerciais ou industriais de múltiplos pavimentos em materiais mistos, especialmente nos serviços de pintura, hidráulica, elétrica, telhado e alvenaria.

5.11 Os atestados devem apresentar dados relativos aos serviços, tais como: área, número de pavimentos, instalações existentes, características específicas dessas instalações, dentre outros.

5.12 Deverá a contratada indicar a existência, em seu quadro permanente, dos seguintes profissionais:

- a) 01 (um) Engenheiro Civil
- b) 01 (um) Engenheiro Eletricista
- c) 01 (um) Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho (podendo ser algum dos anteriores, caso possua o título)
- d) 02 (dois) mestres de obra
- e) 02 (dois) encarregados
- f) 02 (dois) bombeiros hidráulicos

- g) 06 (seis) eletricitistas
- h) 04 (quatro) pedreiros
- i) 06 (seis) auxiliares.

5.13 A comprovação de vínculo dar-se-á por meio de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato social
- b) Ficha de empregado
- c) Contrato de trabalho
- d) Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- e) Contrato particular de prestação de serviços
- f) Certidão do CREA e/ou CAU
- g) Declaração de contratação futura.

5.14 Os atestados deverão estar acompanhados da Certidão de Acervo Técnico ou do traslado emitido pelo CREA ou CAU e conter de forma clara, dentre outras, as seguintes informações:

- a) Identificação da obra ou serviço, relativo ao atestado, de forma a propiciar a aferição de sua similaridade, em porte e complexidade, com o objeto da licitação;
- b) Dados relativos à obra ou serviço, tais como: contratante/proprietário, área de construção, número de pavimentos, instalações existentes, características específicas dessas instalações, entre outras.
- c) Nome completo, título, habilitação e número do registro no CREA/CAU do profissional em cujo nome foi feita a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra, objeto do atestado ou certidão.

5.15 Deverá ser apresentada declaração expressa, em papel timbrado, de que o profissional detentor da CAT será designado preposto e responsável técnico direto pelo acompanhamento dos serviços contratados perante a Fiscalização e de que, caso venha a ser substituído, tem conhecimento de que deverá fazê-lo por outro que preencha os mesmos requisitos da habilitação.

5.16 Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que formalizada e previamente aprovada pela Administração.

5.17 Após a assinatura do contrato, a contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica referente à execução dos serviços.

5.17.1 A Contratada se obriga a emitir outras Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica para os serviços que vier a prestar nas unidades do Contratante, quando requerido por órgãos externos, (ex.: corpo de bombeiros, vigilância sanitária, prefeituras, concessionárias de água/energia). Estas anotações serão indenizadas ao custo oficial publicado no órgão fiscalizador das profissões (CREA/CAU/CFT).

5.17.2 Em caso de dúvida quanto aos elementos fornecidos, o Contratante poderá averiguar sua veracidade por meio de diligências, na forma do art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Vistoria Prévia

5.18 As licitantes poderão vistoriar os locais de prestação dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, o que se entende dispensável em virtude da padronização dos serviços a serem contratados (constantes das tabelas do SINAPI) e que, na especificação dos serviços há explícita consignação de realização de visitas e de elaboração dos orçamentos previamente à emissão das ordens de serviços.

5.19 É facultada a apresentação de declaração, assinada pelo responsável técnico, de conhecimento das condições gerais dos locais onde serão prestados os serviços, em substituição à vistoria.

5.20 As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições do objeto desta contratação e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

5.21 As licitantes poderão esclarecer suas dúvidas de ordem técnica até 2 (dois) dias antes da abertura da licitação, bem como vistoriar o local da execução do serviço, mediante prévio agendamento junto à Divisão de Engenharia Civil da Secretaria de Manutenção e Projetos - SMPROJ, pelo telefone (62) 3222-5043/5188.

5.22 REAJUSTE

5.22.1 Aos critérios de reajuste do modelo de contratação de serviços continuados, acrescente-se o que segue.

5.22.2 “O valor inicialmente contratado será fixo e irreajustável pelo prazo de um ano. Durante este período, os custos dos serviços e insumos a serem orçados no âmbito da execução contratual deverá empregar as tabelas oficiais do SINAPI do mês da publicação do edital, aplicado o desconto ofertado na licitação. Decorrido este prazo, as tabelas de referência de preços previstas neste termo serão atualizadas anualmente, tendo como data-base o mês da publicação do edital, já que não houve, no caso, a elaboração de orçamento estimado.

5.22.2.1 Os custos dos serviços e insumos objeto de orçamentos no decorrer da execução contratual deverão empregar as tabelas oficiais do SINAPI. A cada reajuste anual, será permitido atualizar a tabela para a mais recentemente publicada na data do reajuste. É vedada a substituição de tabelas de referência mês a mês.

5.22.3 O BDI máximo a ser empregado nos orçamentos dos serviços (BDI de referência aplicado o desconto da proposta vencedora) não sofrerá alterações salvo para adequação de impostos sobre serviços à realidade tributária do local de prestação dos serviços ou no caso de eventuais alterações legislativas com impacto contratual.

5.22.3.1 Havendo alterações tributárias que impactem e ultrapassem os limites já considerados no BDI máximo de referência do Anexo D, um novo limite será

calculado pela Fiscalização e formalmente juntado ao processo, e sobre este limite será aplicado o desconto ofertado.

5.22.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.23 GARANTIA CONTRATUAL

5.23.1 Deverá ser utilizado o modelo de contratação de serviços continuados, além do item abaixo.

5.23.2 Caso a proposta vencedora apresente valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá o licitante apresentar, previamente à assinatura do instrumento contratual, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação, na Secretaria de Licitações e Contratos/Seção de Gestão de Contratos, garantia adicional equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.24 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.24.1 As condições de pagamento serão aquelas do modelo de contratação de serviços continuados, acrescidas ou alteradas do que segue.

5.24.2 O empenho será feito em favor da contratada no valor total estimado da contratação (e não ao valor da proposta a partir do qual será obtido o maior desconto), sendo que o percentual do desconto obtido fará parte explícita da minuta do contrato a ser celebrado, com precisão de duas casas decimais e este percentual será aplicado a cada serviço realizado.

5.24.3 Os pagamentos, via de regra, serão realizados mensalmente, contemplando todos os serviços concluídos no mês anterior, salvo deliberação do Gestor em outro sentido, desde que autorizada no Termo de Referência.

5.24.4 O pagamento dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite de dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e até o 10º (décimo) dia útil acima desse limite, contados da finalização da liquidação da despesa. Será verificada, por ocasião do 1º pagamento, apresentação da garantia contratual.

5.24.5 A correspondente nota fiscal/fatura ou congênere deverá ser apresentada pela Contratada em até 10 (dez) dias após a comunicação para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, pelo gestor, no valor dimensionado pela fiscalização, sob pena de incorrer em multa.

5.24.6 A fiscalização do contrato avaliará mensalmente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), contido no Anexo B, que será parte integrante do Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que não se produzirem os resultados, deixar-se de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

5.24.7 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros

mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.24.8 O sistema de informação (software) empregado para controle e planejamento da Manutenção emitirá relatórios mensais para avaliação contratual e comprovação de sua execução.

5.24.8.1 Na falta ou eventual falha do software em questão, o controle deverá ser feito por meio de planilhas eletrônicas e ordens de serviço, mediante autorização prévia da Fiscalização.

5.24.9 A mensuração dos resultados terá início após decorridos 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.

5.24.10 O instrumento de medição mensal, para a presente contratação, está definido nos termos do Anexo D.

5.24.11 O fator redutor de faturamento, considerada a incidência de todos os IMR's, não poderá exceder 10% do valor medido mensalmente.

5.25 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA

5.25.1 A CONTRATADA deverá oferecer garantia dos serviços executados pelos prazos a seguir:

a) Fundações, estruturas, impermeabilizações, integridade e vedação de instalações hidrossanitárias, alvenarias, aderência de revestimentos em argamassa/gesso, estanqueidade de fachadas: 5 (cinco) anos;

b) Funcionamento de instalações elétricas, hidrossanitárias, fissuração em revestimentos argamassados: 3 (três) anos;

c) Aderência de revestimentos em cerâmica/granito, pinturas, fechaduras, ferragens, metais sanitários e equipamentos elétricos: 2 (dois) anos;

d) Fixação de vidros, esquadrias, rejuntamento e outros serviços não acima descritos ou correlatos: 1 (um) ano.

e) Durante o prazo da garantia, a CONTRATADA deverá reparar ou refazer os serviços que apresentarem patologias, vícios ou defeitos, não sendo permitido transferir sua responsabilidade a terceiros, mesmo que fabricantes.

5.25.2 Tratando-se de vício oculto, o prazo acima iniciará no momento em que ficar evidenciado o defeito.

5.25.3 A contagem dos prazos têm início na data de comunicação formal da conclusão dos serviços ou, na sua ausência, a data da apresentação da nota fiscal referente aos serviços executados.

5.26 DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

5.26.1 Em virtude da natureza dos serviços objeto da contratação, o recebimento provisório será feito a cada medição (mês) ou a cada conclusão da Ordem de Serviços, a critério da equipe de Fiscalização, pelos fiscais técnico e administrativo, quando houver, contados da comunicação pela Contratada de conclusão dos serviços, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, I, a, da Lei

14133/21 e art. 22, X e 23, VII, do Decreto nº 11246/2022.

5.26.4 Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.26.2 O recebimento definitivo dar-se-á por meio de ateste da nota fiscal, fatura, relatório de atestação, recibo e/ou termo circunstanciado, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento provisório.

5.26.3 Far-se-ão as verificações de que a CONTRATADA cumpriu as obrigações previstas no contrato, antes dos recebimentos de que tratam os itens anteriores.

5.26.5 A correspondente nota fiscal/fatura ou congênere deverá ser apresentada pela Contratada em até 10 (dez) dias após a comunicação para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, pelo gestor, no valor dimensionado pela fiscalização, sob pena de incorrer em multa.

5.26.6 O pagamento dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite de dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e até o 10º (décimo) dia útil acima desse limite, contados da finalização da liquidação da despesa. Será verificada, por ocasião do 1º pagamento, apresentação da garantia contratual.

Escritório de representação

5.27 A CONTRATADA deverá instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, e manter escritório de representação na região metropolitana de Goiânia, a fim de proceder, de forma célere, a toda assistência técnica necessária à execução dos serviços;

5.27.1 A manutenção de escritório local tem como finalidade facilitar e agilizar a prestação dos serviços, aumentando a eficiência e a disponibilidade das instalações prediais.

6. QUANTITATIVO A SER CONTRATADO

6.1 O Tribunal do Trabalho de Goiás tem aproximadamente 103.260,35m² de área a ser mantida, incluindo todas as edificações da capital e as 24 do interior do estado, conforme descrição detalhada no Anexo A - Localização dos Imóveis.

6.2 Tendo em vista o objeto da contratação tratar-se de serviços de manutenção predial sob demanda, isto é, feitos à revelia de planejamento prévio, infirma-se que o quantitativo de serviços não é passível de definição prévia, razão pela qual os valores estimados contemplam a presunção de custos com materiais e serviços, deslocamentos e horas extras, entre outros, os quais não devem representar expectativa de faturamento real pela(s) licitante(s), uma vez que serviços e quantitativos de materiais serão utilizados, exclusivamente, em função das demandas a serem efetivamente atendidas pela contratada, a serem definidas levando em

consideração a disponibilidade orçamentária do Contratante e a capacidade operacional da equipe de Fiscalização.

6.3 De se dizer que, por se tratar de manutenção predial corretiva não planejada e feita sob demanda da Administração, a equipe técnica afirma, diante da indefinição fática que caracteriza o objeto final da contratação em estudo, tendo em vista que quantidades, itens ou serviços demandados são incertos ou difíceis de mensuração prévia, que a única possibilidade econômica e operacionalmente viável é a contratação conjunta de serviços e materiais, tendo como critério de julgamento o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados sobre as tabelas de referência, *in casu*, a SINAPI, tudo em consonância com o entendimento consolidado no TCU

6.4 Nesse sentido é o excerto a seguir transcrito:

29. Mesmo que considere como adequada a contratação de materiais, com base em uma estimativa de preços e quantidades, nos termos realizados pela administração deste Tribunal, compreendo a pertinência e a eficiência da realização de procedimento licitatório, cuja adjudicação observaria o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados na tabela SINAPI. Ressalto, por oportuno, que a Lei 12.462/2011, que aprovou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC, prevê expressamente a possibilidade de contratação com base no maior desconto. Embora não se aplique ao certame em tela, a evolução legislativa já demonstra a necessidade de uma maior racionalidade na busca da eficiência.

30. Em primeiro lugar, o procedimento propicia a obtenção do melhor preço, a exemplo da forma utilizada pelo TCU, e evita o jogo de planilha, em que o licitante oferta maiores preços para itens com probabilidade de maior utilização. Em segundo lugar, evitaria o levantamento desnecessário de quantidades, as quais, em grande parte, são meramente referenciais. Em terceiro lugar, o modelo do desconto incluiria todos os materiais existentes naquela tabela, mesmo que incluídos posteriormente, e evitaria, desse modo, a formalização desnecessária de termos aditivos. Em quarto lugar, o procedimento atende aos princípios da eficiência e da licitação previstos no art. 37, caput, e seu inciso XXII, da Constituição Federal, e da competitividade de que trata o art. 3º, da Lei 8.666/93. (Tribunal de Contas da União, proferido no Acórdão 1238/2016 - Plenário).

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1 O levantamento de mercado foi realizado a partir de pesquisas dos principais modelos utilizados na Administração Pública para contratação dos serviços de manutenção predial.

| QUADRO DE SOLUÇÕES IDENTIFICADAS NO MERCADO | | |
|---|--|--|
| Id | Solução identificada | Viabilidade |
| Quanto às equipes | | |
| 1 | Contratação com equipe permanente (postos fixos) | Vantagem: A prontidão de atendimento é a maior vantagem, por isso é indicado para instalações de maior porte, com sistemas que necessitam de acionamento ou ajustes diários, além de chamados emergenciais frequentes Desvantagem: Maior custo financeiro e operacional da equipe gestora, pois seria necessária a contratação de, pelo |

| | | |
|---------------------------------|--|--|
| | | <p>menos, dois postos de serviços (um técnico em edificações e um oficial de manutenção) para cada um dos 25 imóveis do Tribunal</p> <p>Possível ociosidade de profissionais</p> <p>Não foi encontrada contratação nesse modelo para serviços de manutenção predial feitos, exclusivamente, por demanda</p> |
| 2 | Contratação híbrida (postos fixos e avulsa) | <p>Contratantes: TRT4, TRT23, TCU</p> <p>Vantagem: Apresenta a configuração ideal de contratação de manutenção predial, principalmente, quando incluídos os serviços preventivos, em que se tem as pequenas e rotineiras demandas atendidas pelos postos fixos e as maiores ou mais especializadas, pelas equipes especiais. É indicado para instalações de médio e grande porte</p> <p>Desvantagem: A contratação exige enorme esforço da equipe de Fiscalização, principalmente no que diz respeito à gestão das equipes na execução dos serviços</p> <p>O Contratante fica refém de um único prestador em serviços essenciais</p> |
| 2 | Contratação sem equipe permanente | <p>Contratante: TRT3 e TRT18</p> <p>Vantagem: Apresenta menor custo operacional, evita a ociosidade do profissional da empresa nas dependências do órgão. É indicado para instalações de qualquer porte e a mais utilizada para contratos de manutenção predial feitos, exclusivamente, por demanda</p> <p>Desvantagem: A impossibilidade de pronto atendimento para chamados de manutenção corretiva</p> |
| Quanto ao fornecimento de peças | | |
| 1 | Contratação com fornecimento de serviços e material (planilhas do contratante) | <p>Contratante: TRT4 e TCU</p> <p>Vantagem: é a forma mais célere e prática para a contratação planejadas, no que diz respeito ao fornecimento de material.</p> <p>Desvantagem: a principal desvantagem é o trabalho da equipe técnica envolvido na elaboração das planilhas de composição próprias, pois requerem levantamento preciso de serviços, materiais, itens padronizados, entre outros.</p> <p>Raramente utilizado pela administração pública É o modo usual de fornecimento de peças para contratações similares aos deste estudo</p> |
| 2 | Contratação sem fornecimento de material | <p>Vantagem: é a menos onerosa maneira de contratar, visto que as peças são fornecidas pela Administração, que as adquire, pontualmente, quando necessário, por meio dos processos licitatórios ou utiliza eventual estoque.</p> <p>Desvantagem: A morosidade no procedimento de aquisição de peças, que fica a cargo da Administração, prolonga</p> |

| | | |
|---|--|---|
| | | <p>ainda mais o tempo necessário para a execução dos serviços; de outro lado, o armazenamento de material em almoxarifado também não se mostra viável, seja em virtude da imprevisibilidade daquilo que será efetivamente substituído, seja pela necessidade de disponibilização de espaço físico, não se podendo esquecer da capacitação de pessoal técnico para, com precisão, efetuar as aquisições</p> <p>É um formato que inviabiliza a prestação célere dos serviços e não foi encontrada contratação nesse modelo para serviços de manutenção predial feitos, exclusivamente, por demanda</p> |
| 3 | <p>Contratação com fornecimento de serviços e peças por demanda com pagamento por composição de preços</p> | <p>Contratante: TRT18, TRT23, TRT3 e a maioria dos órgãos consultados</p> <p>Vantagem: é uma contratação de custos intermediários, em que os insumos, peças e outros elementos quantificáveis e de uso comum, previsível, frequente (demanda ordinária) compõem lista não exaustiva ou planilha de composição prévia, permitindo maior celeridade, ou até mesmo o pronto atendimento na execução dos serviços</p> <p>No caso da manutenção predial, o emprego das tabelas de preços de referência, com aplicação de descontos e taxa de BDI, racionaliza ainda mais a prestação dos serviços</p> <p>Desvantagem: A complexidade das edificações, construídas com uma infinidade de materiais diferentes, somada à imprevisibilidade do surgimento e escopo das demandas, impossibilitam o levantamento prévio de lista exaustiva de serviços e peças, ficando o Contratante dependente da orçamentação da Contratada, realizado apenas após a realização do levantamento dos serviços</p> |

7.2 A Secretaria de Manutenção e Projetos, após extensa pesquisa nos mais diversos órgãos públicos, verificou que o modelo mais usual para a manutenção predial feita, exclusivamente, sob demanda é a contratação sem equipes permanentes, com fornecimento de serviços e peças por demanda e pagamento por composição de preços baseados em tabelas de referência, sendo que a utilização da tabela SINAPI é quase plena.

7.3 Outrossim, além da conveniência da aplicação da tabela de referência SINAPI, não se mostra justificável a manutenção de posto fixo, uma vez que atrai para a Administração Pública todo o encargo de gestão de recursos humanos da iniciativa privada, para serviços caracterizados pela imprevisibilidade das demandas, afora a alta probabilidade de ociosidade do pessoal empregado.

7.4 Conquanto não concernente à pesquisa de mercado propriamente dita, convém destacar a forma de orçamentação dos serviços, porque, entre os processos analisados, as contratações do TRT4 e do TCU diferenciam-se da maioria dos órgãos públicos, incluído este Regional, dado serem as duas únicas instituições que desenvolveram planilhas de composição próprias, utilizadas para estimativa de preços

e orçamentação de serviços.

7.5 No caso do TRT4, o contrato é híbrido, com postos fixos e serviços por demanda e contou com a elaboração de planilhas de composição próprias, que respeitaram a padronização de material e serviços preexistentes. Sendo assim, os preços contratuais planilhados foram licitados, portanto conhecidos previamente pela Contratada, que faz a orçamentação dos serviços previamente à discussão com a Fiscalização. A tabela SINAPI é utilizada apenas subsidiariamente.

7.6 Já o TCU, também com avença híbrida, além da elaboração da planilha própria, estabelece um quantum passível de gastos para cada unidade do Tribunal instalada, ou seja, sendo conhecidos ou não os serviços, sabe-se que eles estão limitados pelo preço e pela quantidade contida na composição da planilha própria. No formato adotado pela Corte de Contas, a orçamentação de serviços solicitados é, primeiramente, feita pela Fiscalização, segundo o que foi preestabelecido no processo licitatório, com possibilidade de contestação pela Contratada. É a inversão do procedimento costumeiramente praticado pela Administração Pública em geral.

7.7 Feitas as explanações acima, afirma-se que a melhor solução para a contratação em análise deve incluir a prestação de serviços sem equipes permanentes, uma vez que se tratam, exclusivamente, de serviços demandados, com fornecimento de materiais integrais pela Contratada, em que a precificação se dê por composição de preços baseados, preferencialmente, nas tabelas de referência SINAPI, com orçamentação inicial a ser feita pela Contratada, responsável técnica direta pelos levantamentos detalhados dos serviços.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS

8.1 **O valor estimado da contratação é de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)** por ano, importe que se reitera neste estudo, desta feita, à vista do relatório (Anexo_C - Memória de Cálculos) obtido no sistema que controla emissão e trâmite das Ordens de Serviço, o Engeman.

8.2 No ano de 2025, o primeiro da contratação, foram abertas 59 ordens de serviço (OS), das quais 40 foram executadas e pagas num total de R\$ 880.449,60 (oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos). Restam abertas, ou seja, com serviços em execução, 18 OSs, com orçamento preliminar autorizado em R\$ 686.992,43 (seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos).

8.3 Assim, tem-se que R\$ 1.567.442,03 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e três centavos) do valor estimado inicialmente foram empenhados, não tendo sido plenamente pagos em virtude dos atrasos perpetrados pela atual Contratada.

8.4 Aliás, consta registrada no sistema, a OS 3152 (ampliação da sala de treinamento e adaptação de uma nova sala para o diretor do Fórum de Anápolis) sem orçamentação, estando atrasada e pendente de levantamento dos serviços, providência da Contratada e prévia à orçamentação.

8.5 Também, a melhor condução dos serviços exigiu que alguns registros deixassem de ser feitos, sobretudo aqueles relativos à colocação de divisórias, em face dos

atrasos de execução da Contratada Costa e Gonçalves Edificações Ltda., o que acabou impossibilitando a completa execução do valor estimado para a contratação, assim sendo, não se vislumbra possibilidade de alteração do valor anteriormente estimado.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerações Gerais

9.1 O regime de execução será de empreitada por preço global, para cada ordem de serviços emitida.

9.2 Os serviços poderão ser demandados, inclusive concomitantemente, para quaisquer imóveis do CONTRATANTE, relacionados na Lista de unidades - **Anexo A, bem como naqueles que, eventualmente, vierem a existir no decorrer da contratação**, conforme seja constatada a necessidade, mediante emissão formal de ordem de serviço.

9.3 Os orçamentos analíticos detalhados deverão atender fielmente às disposições do Decreto Federal 7.983/2019 e da Resolução nº 070 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), bem como seguir, no que couber, as diretrizes e orientações dos livros “SINAPI - Metodologias e Conceitos”, de publicação pela Caixa Econômica Federal e “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas”, de publicação pelo Tribunal de Contas da União, todos disponíveis na internet de forma gratuita nos sites dos respectivos órgãos.

9.4 As tabelas de referência a serem primariamente empregadas serão as do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices para a Construção Civil) - macrorregião Goiânia, de publicação pela Caixa Econômica Federal no endereço <http://www.caixa.gov.br/sinapi>.

9.4.1 A utilização das tabelas desoneradas ou não desoneradas dependerá de comprovação do enquadramento tributário da contratada, na ausência de comprovação da opção realizada para o ano-calendário em curso, será empregada a tabela desonerada.

9.5 O desconto obtido na proposta vencedora será aplicado sobre o custo final dos orçamentos de serviços demandados, após acréscimo da taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).

9.5.1 A taxa de BDI máxima da contratação não será superior àquela estabelecida como referência pela Administração no Anexo D.

9.5.2 No reajuste, devem ser mantidos o BDI e os descontos originais.

Características Específicas

9.6 A contratada, na ocasião de assinatura do contrato, deverá nomear preposto com formação superior em Engenharia ou Arquitetura e com experiência comprovada em construção ou manutenção de edificações comerciais/industriais/especiais.

9.6.1 O preposto deverá estar disponível para contato pela equipe de Fiscalização, a qualquer tempo, sobretudo durante a realização de serviços em horários excepcionais, durante toda a contratação, mantendo para tanto telefones e e-mail

atualizados e comunicando a Fiscalização, por escrito, de qualquer alteração ou indisponibilidade que possa impactar o contato.

9.6.1.1 Além de estar presente em todos os inícios, medições e recebimentos de serviços, se assim exigido pela Fiscalização, quando convocado, o preposto deverá comparecer à Sede da administração em até 6 (seis) horas corridas.

9.6.2 A contratada poderá nomear mais de um preposto para atender diferentes localidades e serviços, desde que todos preencham os mesmos requisitos técnicos apresentados.

9.6.3 A supervisão permanente dos serviços ficará a cargo do(s) preposto(s) nomeado(s) pela Contratada, que deverá(ão) anotar a responsabilidade técnica perante a entidade regulamentadora da profissão e proceder a realização dos levantamentos solicitados, vistorias, orçamentos e acompanhamento dos serviços, registrando as ocorrências em Livro de Ordem ou outro meio que o substitua.

9.7 Somente servidores da Divisão de Engenharia, com formação em engenharia ou arquitetura, devidamente identificados, estão autorizados a acompanhar e interferir tecnicamente na execução dos serviços, mediante anuência do Gestor.

9.7.1 Não serão acolhidas justificativas de que os serviços foram feitos em desconformidade aos projetos ou especificações, por determinação de servidores não arrolados formalmente no processo. Tais serviços não serão pagos e deverão ser refeitos a partir de determinação da Fiscalização.

9.8 A Contratada deverá providenciar, quando solicitado e no prazo de até 05 (cinco) e 7 (sete) dias úteis, para Goiânia e para cidades do interior, respectivamente, a realização de visita técnica aos locais de realização dos serviços, para levantamentos, elaboração de relatórios técnicos e, posterior, apresentação de orçamentos.

9.8.1 Haverá pagamento do valor correspondente ao deslocamento contratual entabulado, acrescido das eventuais horas técnicas necessárias para realização da visita técnica, limitando-se a 8 horas por dia, após aprovação do orçamento.

9.8.2 Poderá haver negociação de prazos, tanto para mais, quanto para menos, a critério da fiscalização, em casos excepcionais e/ou emergenciais, mediante justificativa fundamentada.

9.8.3 A realização de visita poderá ser dispensada pela Fiscalização, quando os projetos e/ou as características dos serviços permitirem a orçamentação e a adequada apropriação dos custos com o necessário grau de precisão.

9.8.4 Em caso de não execução da solução apresentada pela Contratada, por iniciativa da Administração, será devido o pagamento dos valores decorrentes da visita técnica requerida.

9.10 A execução dos serviços ficará condicionada à aprovação expressa pelos Gestores da contratação, que se baseará nas manifestações técnicas da equipe de Fiscalização.

9.10.1 Não serão aceitas peças técnicas incompletas ou em desconformidade ao disposto nas especificações técnicas da contratação, nos normativos e nas

legislações aplicáveis, devendo ser refeitas, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções nos casos previstos.

9.11 Para o adequado planejamento dos serviços, a Contratada deverá elaborar e apresentar à Fiscalização, para cada demanda, **cronogramas simplificados** estabelecendo, tanto quanto possível, a identificação da demanda, os serviços e as etapas de execução, prazos e sua sequência cronológica, sendo o gráfico de GANTT de apresentação opcional.

9.11.1 O cronograma com etapas discriminadas poderá ser dispensado em casos de etapa única e/ou duração inferior a 30 (trinta) dias.

9.12 A CONTRATADA deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços executados, dando por eles total garantia.

9.13 A CONTRATADA deverá, ainda, utilizar equipamentos adequados e obedecer às normas técnicas e critérios de segurança recomendados.

9.14 A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução dos serviços ora contratados, salvo se expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

9.15 Qualquer dano causado pelos funcionários da CONTRATADA aos móveis, equipamentos e instalações do prédio deverá ser perfeitamente reparado no menor tempo possível, ou no máximo, até a conclusão dos serviços, sob pena de aplicação de penalidades, sem prejuízo de ressarcimento pelos prejuízos causados.

9.16 Todos os materiais e equipamentos usados na execução dos serviços deverão ser de boa qualidade e durabilidade e, antes do início dos trabalhos, devem ser aprovados pelos respectivos fiscais/gestores indicados pelo CONTRATANTE, por meio de amostras ou alternativamente, quando autorizado, catálogos que permitam aferir aspectos visuais e técnicos.

9.17 Todos os materiais de acabamento a serem utilizados devem respeitar a padronização já existente nas instalações do Contratante, devendo ser submetidos à aprovação da Fiscalização, que poderá rejeitá-los caso entenda não estarem atendidos os requisitos de qualidade ou do padrão exigidos.

9.18 Gastos com hospedagem e alimentação dos funcionários diretos são considerados componentes dos Encargos Complementares (integrantes da Mão de Obra) da Contratada e não deverão, sob quaisquer pretextos, ser cobrados separadamente.

9.18.1 A mão de obra direta é aquela formada pelos profissionais que desempenham as atividades finais de manutenção, tais como pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas, gesseiros, pintores, entre outros, a qual poderá ser encontrada nos próprios locais de execução dos serviços, não se justificando o pagamento de diárias e deslocamentos para as mesmas.

9.19 DA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

9.19.1 À Contratada incumbe providenciar, a cada solicitação, o levantamento detalhado dos serviços, caso necessário, bem como elaborar os orçamentos, englobando todos os serviços relacionados ao total atendimento da demanda.

9.19.1.1 Os prazos para entrega de orçamentos são de 05 (cinco) e 10 (dez) dias úteis, para Goiânia e para cidades do interior, respectivamente.

9.19.2 A fiscalização providenciará, sempre que possível e existentes, os leiautes, croquis, projetos, plantas, memoriais, orçamentos anteriores e especificações, para adequada previsão dos custos dos serviços.

9.19.2.1 Nos casos em que não estiver disponível documentação atualizada das edificações ou de partes destas que serão afetadas, a Contratada deverá providenciar sua atualização mediante levantamentos e medições in loco dos ambientes e elementos existentes.

9.19.3 Os orçamentos deverão possuir timbre da contratada, e as seguintes informações em seu cabeçalho e/ou rodapés:

- Nome da empresa e CNPJ
- Responsável técnico pelo orçamento
- Local de realização dos serviços
- Data de realização da visita
- Referência à tabela utilizada: data, localidade e se desonerada ou não

9.19.4 Os orçamentos deverão possuir, no mínimo, as seguintes colunas:

- 1 – Id ou Ordem: identificador único para cada serviço, em estrutura hierárquica separada por pontos: 1, 1.1, 2, 2.1, 2.1.1 etc.
- 2 – Código de referência: Tabela e código conforme aparece na tabela de referência
- 3 – Descrição do item
- 4 – Unidade de medida
- 5 – Quantidade necessária
- 6 – Custo unitário de material (incluindo equipamentos)
- 7 – Custo unitário de mão de obra
- 8 – Custo unitário total – Fórmula: 6+7
- 9 – Preço unitário de material – Fórmula: 6 * (1+BDI materiais)
- 10 – Preço unitário de mão de obra – Fórmula: 7 * (1+BDI mão de obra)
- 11 – Preço unitário total – Fórmula: 9+10
- 12 – Custo total – Fórmula: 5 x 8
- 13 – Preço total – Fórmula: 5 x 11

9.19.5 A composição analítica apresentada para todos os serviços deverá separar corretamente as parcelas de materiais e de mão de obra.

9.19.5.1 A composição analítica deverá apresentar, obrigatoriamente as seguintes informações:

- Código do serviço
- Descrição do serviço
- Banco de Dados
- Unidade do serviço
- Códigos, descrições, unidades e coeficientes de utilização dos insumos ou serviços auxiliares empregados na composição analítica;
- Custos unitários e totais de materiais e mão de obra, separadamente;
- Custo final da composição

9.19.5.2 Parte dos encargos sociais complementares deve ser apropriada como material, sob risco de pagamento indevido de ISS sobre materiais como Ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual, alimentação e similares. Para esta consideração, as composições devem ser abertas manualmente, ou empregado software específico que faça a separação correta.

9.19.6 Os custos referentes a encargos sociais e complementares, incluindo realização de treinamentos, cursos, exames, alimentação, seguros, EPI, ferramentas manuais e transporte fazem parte dos custos unitários de serviços, de mão de obra, e são publicados no SINAPI, não sendo, portanto, objeto de cobrança ou complemento em separado.

9.19.7 O valor a ser pago por ocasião da realização de vistorias eventualmente solicitadas pela Fiscalização será apropriado por meio de composição de custos específica.

9.19.7.1 O consumo médio rodoviário de combustível gasolina a ser considerado será de 10 quilômetros por litro, tendo como origem dos deslocamentos a sede do TRT-18, sito à Rua T-51 esquina com Av. T1, Setor Bueno, Goiânia, Goiás.

9.19.7.2 A quilometragem total será definida pela Fiscalização, caso a caso, a partir de tabela oficial adotada pelo Tribunal, correspondente ao Anexo A, conforme Portaria TRT18ªGP/DG nº 1593/2023 e atualizações, ou, em sua ausência ou inaplicabilidade, devidamente justificada, do aplicativo de mapas Google Maps ou similar, e deverá considerar ida e volta.

9.19.7.3 Não haverá pagamento de deslocamento e diárias aos colaboradores diretos da Contratada.

9.19.7.4 Não haverá pagamento de qualquer valor a título de deslocamento para a região metropolitana de Goiânia, cujas cidades estão discriminadas na Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999 e respectivas alterações, do Governo do Estado de Goiás.

9.19.7.5 A quantidade de horas profissionais empregadas na vistoria será avaliada, caso a caso pela Fiscalização, sendo o quantitativo estabelecido de

acordo com a pertinência, não sendo superior a 8 horas por dia e por profissional envolvido na vistoria.

9.19.8 Todos os serviços componentes dos orçamentos apresentados, deverão basear-se, sempre que possível, nas tabelas publicadas pelo SINAPI do mês/ano da referência da licitação ou nas subseqüentes anuais, a cada aniversário do contrato.

9.19.8.1 As composições (coeficientes de consumo) do SINAPI poderão ser adaptadas mediante fundamentação técnica pela Contratada e aprovação pela Fiscalização, desde que em caráter excepcional, identificada e comprovada a inadequação entre a tabela e a necessidade do serviço.

9.19.8.2 É vedada a alteração dos coeficientes horários de mão de obra das composições oficiais e de consumos de materiais de serviços considerados básicos.

9.19.8.3 Nos casos de serviços que não possuem equivalente ou similar técnico nas tabelas de referência SINAPI, poderão ser empregadas, em regime de exceção, as tabelas GOINFRA e, em último caso, a tabela TCPO, desde que tenham os seus insumos compatibilizados, isto é: os insumos eventualmente existentes no SINAPI, deverão ser utilizados nas composições de outra origem, resultando no emprego excepcional somente dos insumos porventura ausentes no sistema SINAPI. Para os casos excepcionais, devem ser seguidas as mesmas regras definidas no item “9.5” e seus subitens.

9.19.8.4 Insumos ou serviços que não existirem nas tabelas mencionadas, deverão ter preços de mercado pesquisados pela CONTRATADA em, no mínimo e preferencialmente, 3 (três) fornecedores locais ou regionais, com comprovação da realização da pesquisa pela contratada, devendo ser adotada a mediana dos preços encontrados na composição de custos. A validade da pesquisa deverá ser verificada pela Fiscalização.

9.19.8.4.1 Não serão admitidas pesquisas em sites de internet que não identifiquem o fornecedor e que não incorporem os gastos efetivos com frete para a quantidade demandada.

9.19.8.4.2 Não serão admitidas pesquisas em sites de intermediários (exemplos: OLX, Classificados, Mercado livre e similares) sem a real identificação do vendedor (CNPJ/CPF e Razão Social), sem valor de frete para a quantidade real demandada e sem pedido/proposta de preços orçado/formalizado.

9.19.9 Não será admitido o emprego de mão de obra avulsa nas planilhas, salvo quando o material for fornecido pelo próprio Tribunal ou para aquela vinculada à supervisão dos serviços (Administração Local).

9.19.10 O custo com a Administração Local não poderá exceder a 10% do custo direto. Este percentual não inclui os gastos com realização de Visita Técnica e Deslocamento.

9.19.11 Deverá ser apresentado detalhamento do BDI aplicado nos orçamentos, que será limitado ao BDI apresentado na licitação.

9.19.11.1 O BDI deverá contemplar obrigatoriamente as cifras: Administração Central, Riscos, Seguros, Garantias, Despesas Financeiras, Remuneração Bruta e Impostos.

9.19.11.2 A cifra de impostos deverá detalhar: PIS, COFINS, CPRB (se optante do regime de desoneração da folha de pagamentos) e ISSQN.

9.19.11.3 O ISSQN deverá ser o aplicável ao município de realização dos serviços e deve incidir proporcionalmente apenas sobre serviços, e não sobre materiais.

9.19.12 Apurado o custo direto total (somatório de todos os custos diretos parciais), será aplicado o desconto obtido na licitação formando o Custo Direto com Desconto e se acrescentará a taxa de BDI, formando o Preço Final.

9.19.13 Todo orçamento apresentado deverá ser submetido à análise técnica do corpo de engenheiros da Secretaria de Manutenção e Projetos, não constituindo, em si mesmo, garantia de execução dos serviços nos moldes ofertados pela Contratada.

9.19.14 Não havendo aprovação, a Contratada terá até 2 (dois) dias úteis para proceder aos ajustes e enviar novo orçamento com os apontamentos da Fiscalização devidamente resolvidos.

9.19.15 Todo orçamento apresentado, deverá ser analisado, corrigido (se for o caso) e aprovado pela Fiscalização, antes da emissão da respectiva Ordem de Serviço, que corresponde ao início da contagem do prazo de execução dos serviços, conforme descrito no orçamento aprovado.

9.19.16 Havendo necessidade de realização de nova vistoria decorrente de orçamento incompleto, o prazo será estendido por até 5 (cinco) dias úteis, após o qual considerar-se-á atrasada a obrigação.

9.19.16.1 A realização de nova visita para adequação de orçamento que não decorra de acréscimo do escopo inicialmente solicitado pela Fiscalização, não será remunerada.

9.20 DA SOLICITAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.20.1 Os serviços serão solicitados por meio de registro em sistema informatizado de gestão e acompanhamento de manutenção predial, com comunicação automática ao Contratante, via mensagem eletrônica a ser recebida em endereço de e-mail oficial da contratada, fornecido especificamente para tal fim.

9.20.1.1 O número de identificação gerado pelo sistema informatizado servirá para rastreamento e controle das demandas, equiparando-se às ordens de serviço (OS) por escrito.

9.20.1.2 A contagem dos prazos relativos aos serviços têm início a partir do registro da demanda em sistema, com a consequente comunicação à contratada.

9.20.1.3 O registro da demanda em sistema dá início aos procedimentos para levantamento e orçamentação dos serviços, devendo os atos executivos ocorrerem somente após autorização específica, isto é, a emissão da respectiva Ordem de Serviço.

9.20.2 Não haverá prestação de quaisquer serviços sem prévia autorização da Secretaria de Manutenção e Projetos.

9.20.3 O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 7 às 19 horas e, a critério da Administração, nos sábados, das 7 às 12 horas. Qualquer alteração do horário determinado para a execução dos serviços, deve ser solicitada previamente à fiscalização que avaliará o caso.

9.20.4 A critério da fiscalização ou em casos de comprovada urgência e excepcionalidade, os serviços poderão ter de ser executados em horários noturnos, feriados, sábados a partir das 12 horas e nos domingos durante o dia inteiro, com a devida formalização e sem quaisquer acréscimos;

9.20.5 A formalização e o pagamento das horas extraordinárias, dar-se-ão por meio de mediante ajuste nos quantitativos das composições de custos efetivamente empregadas, com aprovação da Fiscalização, quando os serviços assim o requererem.

9.20.6 Para que seja liberada a entrada de pessoal a qualquer dependência do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, a CONTRATADA deverá encaminhar solicitação prévia e escrita para a Fiscalização com a relação nominal, contendo número do documento de identificação (RG, CNH, CTPS ou equivalente) de todos os seus colaboradores que necessariamente ingressarão nos locais de trabalho.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento nos arts. 155 a 157 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

10.1.1. Advertência, nas hipóteses de inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.2. Multas, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 10% do valor estimado anual da contratação:

TABELA 1

| GRAU | PERCENTUAL DA MULTA |
|-------------|---|
| 1 | 1% do valor estimado para o serviço (OS) |
| 2 | 1,5 % do valor estimado para o serviço (OS) |
| 3 | 3% do valor estimado para o serviço (OS) |
| 4 | 6% do valor estimado para o serviço (OS) |
| 5 | 8% do valor estimado para o serviço (OS) |

| | |
|---|---|
| 6 | 10% do valor estimado para o serviço (OS) |
|---|---|

TABELA 2

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ATO FALTOSO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|--------------------------|---|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 2 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes | 3 por culpa e 5 por dolo | Por ocorrência |
| 3 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 4 | Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 4 | Por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor estimado para a contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 5 | Alterar as plantas e detalhes fornecidos, bem como as especificações, sem a autorização formal do Contratante | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 6 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar | 4 | Por ocorrência |
| 7 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem justificativa | 6 | Por serviço ou por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 8 | Permitir a execução dos serviços contratados por profissionais não qualificados | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 9 | Não iniciar a execução dos serviços, a partir da emissão de cada ordem de serviços | 2 | Por dia de atraso, até o limite de 10% do valor estimado para a contratação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções |
| 10 | Descumprir os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro | 2 | Por dia de atraso, até o limite de 10% do valor estimado para a contratação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções |
| 11 | Descumprir o prazo para refazer os serviços ou substituir materiais permanentes que apresentarem defeitos, imperfeições, alterações, irregularidades ou qualquer característica discrepante das autorizadas pela Fiscalização, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento | 1 | Por dia de atraso, até o limite de 10% do valor estimado para a contratação. |
| 12 | Restringir, injustificadamente, o acesso do Contratante às dependências em que estão sendo executados os serviços | 4 | Por ocorrência |
| 13 | Recusar-se, injustificadamente, a apresentar qualquer informação solicitada pelo gestor da contratação | 2 | Por ocorrência |
| 14 | Não apresentar as ART's ou RRT's do | 6 | Por ocorrência |

| | | | |
|----|--|---|----------------|
| | CREA ou CAU referentes à execução do serviço, com a respectiva taxa recolhida, no início da obra ou serviço, quando exigível | | |
| 15 | Reincidir em atos penalizados com advertência | 3 | Por ocorrência |

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ATO FALTOSO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|------|--|
| 16 | Cumprir os prazos para a execução do serviço. | 1 | Por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 17 | Refazer o serviço que não se conformar com as especificações deste documento. | 2 | Por dia, observado o limite máximo até o limite de 10% do valor da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 18 | Manter a garantia técnica dos serviços prevista no Termo de Referência | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 19 | Manter a garantia contratual prevista no Termo de Referência | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 20 | Manter a documentação de habilitação atualizada | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 21 | Apresentar a correspondente nota fiscal/fatura ou congênere até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço | 2 | Por ocorrência |
| 22 | Fornecer a seus técnicos ou empregados todas as ferramentas e instrumentos, bem como produtos ou materiais indispensáveis necessários à execução dos serviços | 2 | Por ocorrência |
| 23 | Substituir, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação do Tribunal, profissional que venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica | 5 | Por ocorrência, sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 24 | Manter preposto com formação superior em Arquitetura ou Engenharia e experiência formalmente comprovada | 4 | Por ocorrência |
| 25 | Apresentar levantamentos quantitativos, após a realização de vistoria ou após solicitação da Fiscalização, quando a vistoria for dispensada | 5 | Por ocorrência |
| 26 | Entregar os relatórios referentes aos serviços executados ou em execução, contendo descrições detalhadas e fotográficas | 4 | Por ocorrência |
| 27 | Observar os padrões previstos na legislação específica no que se refere à disposição final dos resíduos provenientes da construção, demolição, reparos e da preparação e escavação de solo, lâmpadas, entre outros, bem como providenciar a | 3 | Por ocorrência |

| | | | |
|----|---|---|--------------------------------|
| | limpeza total dos ambientes, ao final dos serviços | | |
| 28 | Cumprir qualquer obrigação não prevista nesta tabela | 2 | Por empregado e por ocorrência |
| 29 | Fornecer EPIs aos seus empregados, quando exigido em lei ou convenção | 2 | Por empregado e por ocorrência |
| 30 | Fiscalizar a utilização de EPIs, mantendo em atividade os empregados que se negarem a utilizá-los | 2 | Por empregado e por ocorrência |
| 31 | Deixar de apresentar orçamentos de serviços no prazo assinalado | 3 | Por ocorrência |

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 Além das disposições constantes neste estudo, a Contratada deverá atender ao disposto no art. 45, da Lei nº 14.133/2021, e, no que couber, às demais disposições constantes da Resolução nº 103/2012 do CSJT – Guia de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho, em especial:

- Atentar para proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- Optar por utilizar produtos de baixo impacto ambiental; reciclados e recicláveis; e duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- Buscar a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010);
- Observar as normas técnicas, elaboradas pela ABNT, sobre resíduos sólidos e aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;
- Empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- Uso preferencial de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, tais como lâmpadas LED de alta eficiência energética ou, quando estritamente necessário, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento, bem como luminárias eficientes;
- O sistema de iluminação e o sistema de condicionamento de ar devem observar os requisitos para os níveis de eficiência energética A ou B dos Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos aprovado pelo INMETRO;
- Optar pela utilização de revestimentos de cor clara nas coberturas e fachadas, para reflexão dos raios solares, e consequente redução da carga térmica nestas superfícies, com o objetivo de melhorar o conforto ambiental e reduzir a necessidade de climatização, salvo disposição em contrário;
- Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem

pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo;

- Utilização de outros materiais em substituição ao asbesto/amianto;
- Emprego de formas pré-moldadas fabricadas em material que permita a reutilização;
- Utilização de andaimes e escoras, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- A utilização de madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-SDT-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC;
- Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;
- Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, com sensores ou de fechamento automático, sanitários com sensores ou com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo;
- Em relação aos serviços de intervenção na parte instalação elétrica, priorizar a setorização da iluminação de um mesmo ambiente, através de interruptores, para permitir uso localizado e aproveitamento da luz natural, inclusive instalação de sensores de presença em locais que não exijam iluminação constante, como garagens, circulações, hall de elevadores e escadas;
- Sempre que possível, nas intervenções civis, promover adaptação de mobiliário, portas e corredores em acessos de forma a promover acessibilidade plena às dependências do Contratante;
- Sempre que viável, promover o uso de energia renovável como, por exemplo, painéis fotovoltaicos;
- Quando viável, prever reutilização de água;

12. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1 Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas por meio dos processos licitatórios, ela não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar embaraços diversos para a Administração.

12.2. Para a solução apresentada neste estudo, observa-se ser desaconselhável o parcelamento do objeto, principalmente, à vista da eficiência técnica buscada no âmbito dos contratos públicos.

12.3. O não parcelamento ora tratado visa manter a qualidade dos serviços, pois o gerenciamento permanece integralmente a cargo de um mesmo administrador, oferecendo melhor controle na padronização e execução de serviços, bem como no cumprimento do cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade dos serviços e garantia dos resultados em uma única pessoa jurídica.

12.4. O foco principal da contratação pretendida é execução célere de serviços de manutenção predial sob demanda, isto quer dizer que são diversos dos serviços rotineiros ligados à manutenção predial, sendo sempre um processo mais complexo que pode requerer o envolvimento das diversas disciplinas da engenharia, não sendo possível desnaturar o objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória ou incompatibilidades.

12.5. Ademais, se os serviços que envolvem o objeto forem realizados por várias empresas, há o risco de eventual indisponibilidade técnica ou contratual de uma delas implicar paralisação geral dos serviços ou a falta de compatibilização entre as disciplinas, gerando severos prejuízos.

12.6. Por fim, não se pode deixar de ressaltar que a divisibilidade do objeto deve se sujeitar ao exame da viabilidade técnica, como acima exposto, assim como da econômica, além da ponderação acerca do viés administrativo.

12.7 Economicamente, há que se observar as dificuldades envolvidas para a contratação por localidades e serviços específicos com aumentos de custos de contratos de pequeno valor e escala, logo é o ganho de escala envolvido na contratação única que dá suporte ao não parcelamento da solução.

12.8 No que diz respeito à Administração, o parcelamento da solução revela-se desvantajoso do ponto de vista da gestão contratual, pois resultaria em gerenciamento de vários contratos e frentes de equipes, ou seja, os custos administrativos de gestão e fiscalização não teriam o necessário reflexo de redução dos custos financeiros.

12.9 Portanto, entende-se que a melhor opção é o não parcelamento da solução.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1 Manutenção e conservação do patrimônio público.

13.2 Tornar a unidade predial plenamente preparada para receber os servidores e usuários dos serviços prestados pelo órgão, promovendo a saúde, o bem-estar, e a segurança.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

| | |
|-----------------------------|--|
| Logística: | O Contratante deverá prover os devidos acessos à Contratada, definindo horários para execução dos serviços, local de armazenamento de insumos, entre outros. |
| Infraestrutura tecnológica: | Não há necessidade de adequação. |
| Infraestrutura elétrica: | Não há necessidade de adequação. |
| Espaço físico: | Não há necessidade de adequação. |
| Mobiliário: | Não há necessidade de adequação. |

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

15.1 A contratação visa substituir parte do Contrato nº 6/2025.

15.2 Não é necessária a transição contratual.

16. EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual observarão, além das disposições previstas neste estudo, a Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022, o Decreto nº 11.246/2022.

16.3 A gestão do contrato se dará pelo servidor, Paulo Sérgio de Castro, Diretor da Secretaria de Manutenção e Projetos, e-mail paulo.castro@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5663 e seu substituto, Raphael Kratka Lins Rocha, subdiretor da Secretaria de Manutenção e Projetos, e-mail raphael.rocha@trt18.jus.br e telefone (62) 3222-5025.

16.4 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela equipe de Fiscalização composta pelos servidores Rogério Neves Siqueira, e-mail rogerio.siqueira@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5303, e sua substituta, Fernanda Leles Gomes, e-mail fernanda.gomes@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5086, ambos da Divisão de Engenharia Elétrica, e, ainda, Armando Rassi Filho, e-mail armando.filho@trt18.jus.br, e seu substituto, Diego Cássio Tertuliano, e-mail diego.tertuliano@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5043, ambos da Divisão de Engenharia Civil.

16.5 Administrativamente, a contratação será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Guido Milhomem Dourado, e-mail guido.dourado@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5675, e seu substituto Paulo Goiás Cordeiro dos Santos, e-mail paulo.santos@trt18.jus.br, telefone (62) 3222-5659, ambos da Secretaria de Manutenção e Projetos.

16.6 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente do contratante, para adoção das medidas cabíveis.

16.7 É dever da Fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência, devendo a contratada reparar, corrigir ou substituir os serviços e peças rejeitados pela fiscalização, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/21.

16.8 A comunicação entre os contratantes deve ser realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.9 **Obrigações da Contratada:** Além das obrigações constantes do modelo de contratações mais recentemente aprovado, deverão ser acrescentadas as seguintes.

- Nomear e manter preposto com formação superior em Engenharia ou Arquitetura que atenda às condições da habilitação técnica, que ficará responsável pela condução e supervisão dos serviços durante toda a Contratação.
- Realizar, quando demandada pela Fiscalização, vistoria prévia para pleno conhecimento dos locais de realização dos serviços.

- Elaborar, quando demandado, relatório técnico referente às visitas realizadas, para fundamentar o orçamento elaborado.
- Elaborar orçamento que atenda a todos prazos, orientações e diretrizes estabelecidas nestes Estudos e nos demais documentos integrantes da contratação e orientações da Fiscalização.
- Apresentar detalhamento do BDI empregado para cada serviço, com parcelas condizentes com a realidade tributária e previdenciária em que se enquadra.
- Não empregar tabelas de custos não previamente autorizadas ou ainda com data de referência divergente daquela estabelecida.
- Apresentar documentos de levantamentos e memórias de cálculo completos, quando solicitada, que justifiquem os quantitativos empregados.
- Realizar, a pedido ou quando inexistente nos sistemas de custos empregados, a pesquisa formal de custos de insumos junto a no mínimo 3 (três) fornecedores preferencialmente locais ou regionais.
- Dimensionar adequadamente suas equipes para manter os prazos de execução dentro de limites razoáveis para a Administração, respeitando os prazos e os cronogramas acordados.
- Empregar somente mão de obra qualificada e apta a realização dos serviços.
- Empregar somente materiais de boa qualidade e durabilidade, que atendam às especificações e normativos técnicos mais recentes.
- Não apresentar orçamentos incompletos ou inconsistentes com os serviços ou as diretrizes de elaboração de orçamentos.
- Não realizar cobranças adicionais a qualquer título, referentes a deslocamentos, hospedagem ou gastos adicionais por atrasos e retrabalhos.
- Manter limpas todas as áreas afetadas durante e ao término dos serviços.
- Recompôr elementos afetados ou eventualmente danificados no decorrer dos serviços.
- Dar destinação apropriada aos resíduos produzidos.
- Empregar materiais e equipamentos que minimizem o impacto ao meio ambiente.
- Paralisar imediatamente, após notificação pela Fiscalização, os serviços que estiverem em desconformidade.
- Submeter os materiais de acabamento à prévia aprovação pela Fiscalização.
- Iniciar o refazimento dos serviços que, a critério do Contratante e por responsabilidade da Contratada, não atenderem aos requisitos necessários ou não estiverem em conformidade com as especificações deste estudo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- Indicar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a relação de todos os trabalhadores a ingressarem nas dependências do TRT-18, contendo nome completo, função e RG, quando for necessário trabalho em horários excepcionais.

- Indicar, no mínimo, um número de telefone e um endereço eletrônico (e-mail) pelo qual deseja receber as comunicações do Tribunal, devendo acusar pelo mesmo meio de comunicação, o recebimento em até 24 (vinte e quatro) horas após a transmissão. Transcorrido o prazo acima assinalado, sem manifestação da contratada, automaticamente inicia-se a contagem do prazo.

16.10 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, responsabilidade que não será excluída ou reduzida em virtude da fiscalização ou do acompanhamento pelo Contratante.

16.11 **Obrigações do Contratante:** Além das obrigações constantes do modelo de contratações mais recentemente aprovado, deverão ser acrescidas as seguintes.

- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos e empregados da prestadora de serviços às dependências do Tribunal.
- Zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas.

17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

17.1 A Contratada deverá facilitar ao máximo as relações com outras empresas contratadas pelo Contratante e que, eventualmente, possam realizar trabalhos paralelos aos seus serviços, garantindo condições para o cumprimento do cronograma de ambos.

17.2 As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

17.3 De acordo com a RESOLUÇÃO N.º 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficam as PROPONENTES cientificadas de que é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

17.4 Todas as dúvidas quanto aos elementos técnicos deverão ser sanadas junto ao Contratante, por escrito, cabendo à Contratada aguardar a deliberação para prosseguir nas atividades daí decorrentes.

III - ANÁLISE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. Haverá tratamento de dados pessoais na presente contratação.

2. Serão tratados, na presente contratação, os seguintes dados pessoais:

☒ Dados básicos dos servidores envolvidos na contratação (gestores, fiscais, ordenador de despesas, etc);

☒ Dados da pessoa física contratada ou do(s) representante(s) legal(is) da empresa;

☒ Dados dos profissionais que executarão os serviços;

☐ Dados sensíveis;

☐ Dados de crianças e/ou adolescentes.

3. Haverá compartilhamento de dados pessoais na presente contratação.

4. Serão compartilhados, na presente contratação, os seguintes dados pessoais:

☐ compartilhamento de dados da contratada (empregados terceirizados, banco de dados, etc.)

☒ compartilhamento de dados de posse do TRT18ª Região.

5. Finalidade do tratamento de dados:

O tratamento dos dados pessoais estará sempre relacionado com o estritamente necessário à execução do contrato.

5.4.1 Finalidade específica.

Cumprir estritamente o necessário à execução do contrato.

5.4.2 O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses (Indicar a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta conforme Lei 13.709/2018):

a) Dados Pessoais

☒ Consentimento do titular (art. 7º, inciso I);

☒ Obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 7º, inciso II);

☐ Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres (art. 7º, inciso III);

☐ Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais (art. 7º, inciso IV);

☐ Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados (art. 7º, inciso V);

☐ Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) (art. 7º, inciso VI);

() Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro (art. 7º, inciso VII);

() Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária (art. 7º, inciso VIII);

() Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 7º, inciso IX);

() Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente (art. 7º, inciso X).

b) Dados sensíveis

() Consentimento do titular (art. 11, I);

() Sem consentimento, por ser indispensável para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 11, II, a);

() Sem consentimento, por ser indispensável para tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos (art. 11, II, b);

() Sem consentimento, por ser indispensável para realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis (art. 11, II, c);

() Sem consentimento, por ser indispensável para exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) (art. 11, II, d);

() Sem consentimento, por ser indispensável para proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro (art. 11, II, e);

() Sem consentimento, por ser indispensável para tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária (art. 11, II, f);

() Sem consentimento, por ser indispensável para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 11, II, g).

c) Dados de menores

() Com o consentimento específico e em destaque dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal (art. 14, §1º);

() Sem consentimento, quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção (art. 14, §3º);

5.4.3. Declaração: Os gestores da contratação, abaixo assinados, declaram que a finalidade do tratamento de dados especificada está em consonância com o

interesse público. Declaram ainda que o tratamento de dados previsto no ato é compatível com a finalidade indicada e necessário para a sua consecução.

6. Riscos e impacto

(X) Risco 1 - Dados pessoais comuns – a contratação deve prosseguir sem necessidade de notificação do Comitê;

() Risco 2 - Dados pessoais sensíveis ou de menores – a contratação deve prosseguir, com a adoção das medidas legais de proteção, como a colheita de consentimento dos responsáveis legais (no caso de menores), porém com imediata notificação do Comitê;

() Risco 3 - Que impliquem o fornecimento de acesso de terceiros a banco de dados do TRT18 – a contratação deve ser suspensa, com imediata notificação do CGPD para exarar parecer em prazo não inferior a 5 dias, salvo nos casos de urgência devidamente fundamentados, casos em que o controle será feito pelo CGPD posteriormente.

Risco 3 - Impacto: N/A

IV - CIÊNCIA DOS GESTORES

Por este instrumento, os gestores relacionados neste documento, nos termos do art. 41, §1º, da Instrução Normativa nº 5, da SEGES/MP, de 26 de maio de 2017, declaram ter ciência das competências definidas na referida norma, bem como da indicação para exercer esse papel durante a execução contratual.

V - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A equipe de planejamento da contratação, ciente das regras e diretrizes contidas na Instrução Normativa nº 5, da SEGES/MP, de 26 de maio de 2017, declara que o presente planejamento atende às demandas da Administração, que os benefícios são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis, motivo pelo qual declara ser viável a contratação pretendida.

Paulo Sergio de Castro
Diretor da Secretaria de Manutenção e Projetos
Gestor

Raphael Kratka Lins Rocha
Diretor substituto da Secretaria de Manutenção e Projetos
Gestor Substituto